

**Assessoria Técnica na análise do
PLC44/2021 - Revisão Do Plano Diretor:
SISTEMATIZAÇÃO DE DEBATES E
PROPOSTAS**



PRODUTO 4

SISTEMATIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

RESULTADO DOS MATERIAIS RECEBIDOS

ATÉ NOVEMBRO/2022



Instituto Brasileiro De Administração Municipal – IBAM

Superintendente Geral - Paulo Timm

Superintendente de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (DUMA) - Alexandre Santos

COORDENAÇÃO

Alexandre Santos	Supervisão Geral
Henrique Barandier	Coordenação Técnica

EQUIPE TÉCNICA

Jessica Ojana	Arquiteta e Urbanista
Alberto Lopes	Arquiteto e Urbanista
Eduardo Rodrigues	Geógrafo
Eduardo Domingues	Consultor Jurídico
Marcus Alonso Ribeiro	Consultor Jurídico
Maria da Graça Neves	Administradora Pública
Bernardo Mercante	Cientista Social
Ângela Maria Fontes	Economista
Lucia Vetter	Arquiteta e Urbanista
Miria Maleque	Arquiteta e Urbanista
Giovanna Cavalcanti	Engenheira Ambiental

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. ENQUETE PÚBLICA – RESULTADOS FINAIS	5
2. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS (NOVEMBRO/2022)	17
1.1. Contribuições individuais	19
1.2. Contribuições institucionais	22
ANEXO 1 - PLANILHA DAS CONTRIBUIÇÕES ENCAMINHADAS PELA SOCIEDADE CIVIL	38

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste no quarto produto – Sistematização e Consolidação das Contribuições – relativo ao Contrato 08/2022, firmado entre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro – CMRJ e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, tendo por objeto o “assessoramento à Comissão do Plano Diretor instituída pela RMD nº 1.536/21, no exame do Projeto de Lei Complementar nº 44/21, mediante estudo, elaboração de relatórios, apoio em audiências e tarefas correlatas”.

O produto aqui apresentado contém análise parcial das contribuições recebidas nos eventos públicos e, sobretudo, por meio das ferramentas de participação adotadas ao longo do processo de discussão do PLC 44/2021 – enquete, formulário de propostas, recebimento de documentos. O material analisado engloba o que foi cadastrado no formulário de contribuições para a Comissão Especial do Plano Diretor entre 1 e 10 de novembro de 2022. Destaca-se que as contribuições cadastradas anteriormente, ou seja, até 31 de outubro de 2022, constam do Produto 3 da assessoria técnica.

A enquete e o formulário de contribuições da sociedade civil, disponibilizados na página do Plano Diretor no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro (<http://www.camara.rio/plano-diretor>), foram encerrados no dia 10 de novembro de 2022. A partir dessa data, a Comissão deu início a fase de formulação de propostas emendas, considerando todo o processo de debates públicos e a análise das contribuições recebidas.

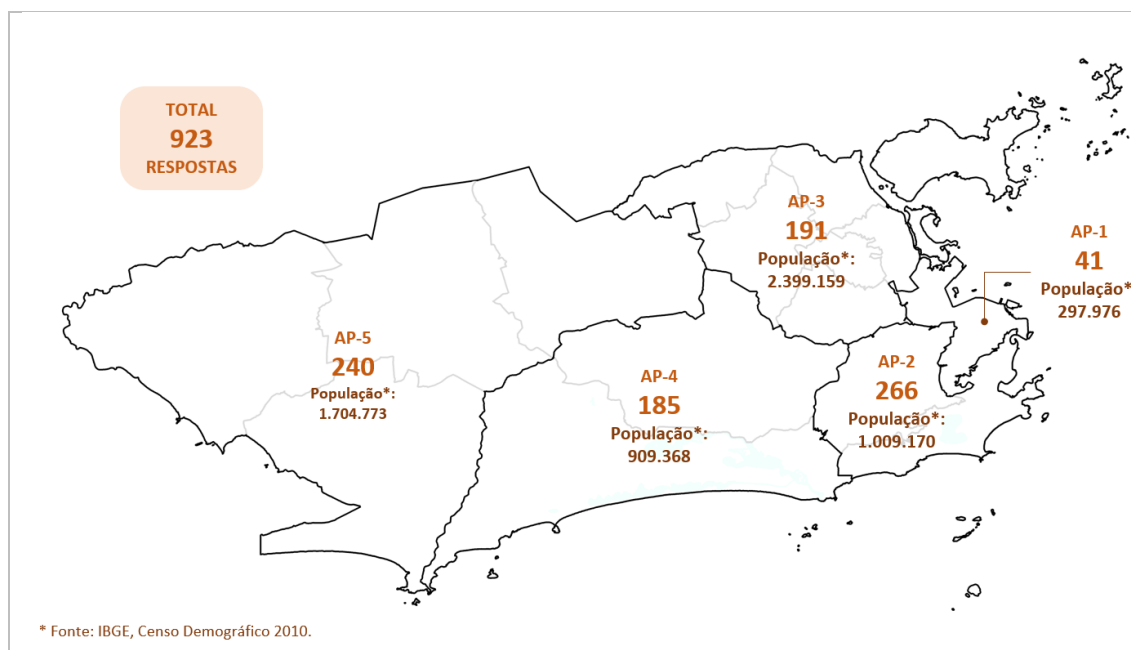
Considerando tais pontos, este documento está organizado em duas partes além desta apresentação:

- Enquete Pública
- Contribuições recebidas

1. ENQUETE PÚBLICA – RESULTADOS FINAIS

Desde o início da realização das audiências territoriais, esteve disponível, no site da Câmara, uma enquete com perguntas gerais para a participação direta população carioca no processo de revisão do Plano Diretor. A enquete foi encerrada em 10 de novembro de 2022, contando com 923 respostas, sendo:

- 41 respondentes da AP1;
- 266 respondentes da AP2;
- 191 respondentes da AP3;
- 185 respondentes da AP4;
- 240 respondentes da AP5;

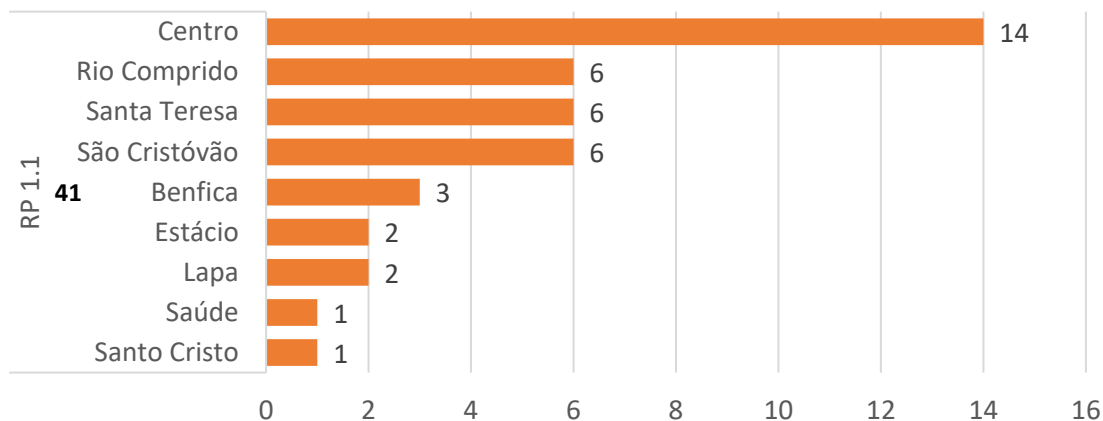


Os resultados aqui apresentados englobam a totalidade de repostas recebidas, substituindo e atualizando os resultados parciais descritos no Produto 3 desta assessoria técnica.

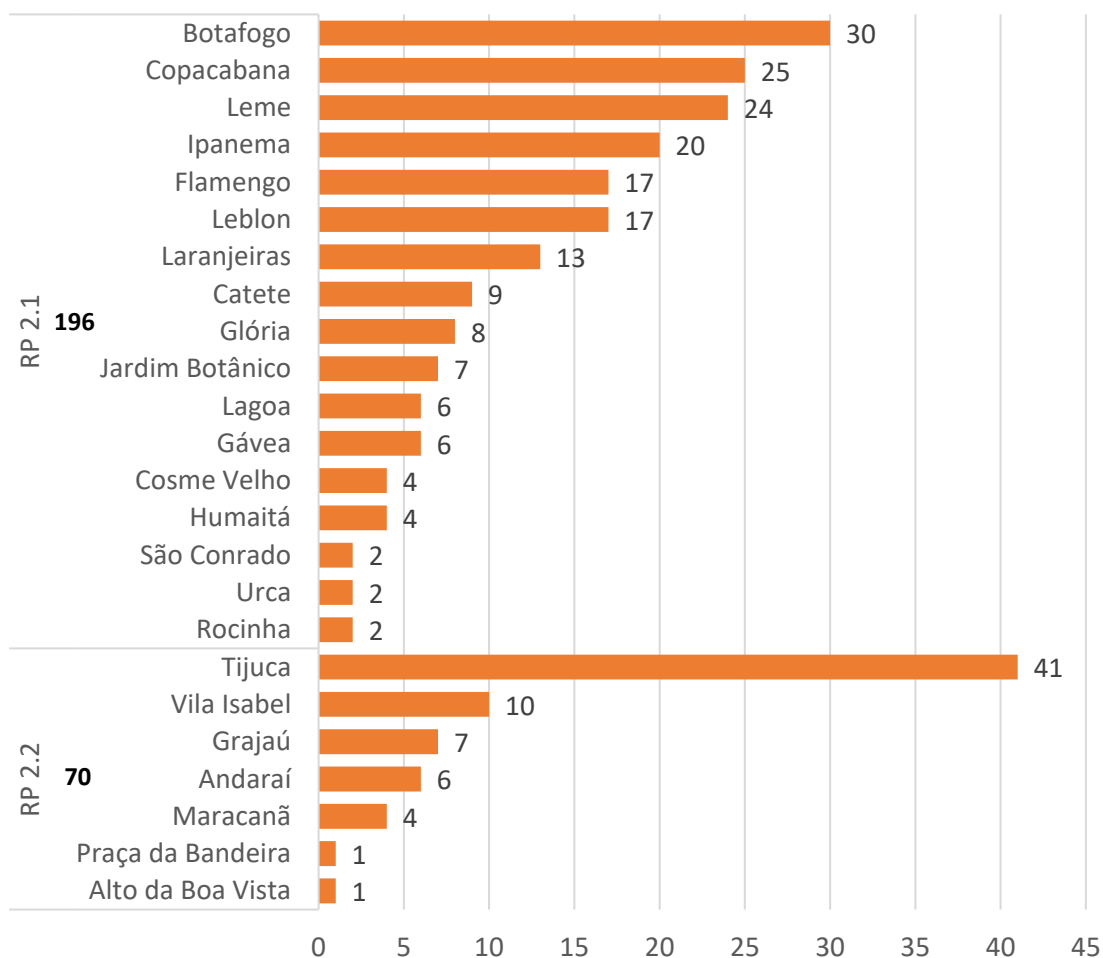
A maior parte das respostas é do bairro de Campo Grande, com 97 respondentes, seguido de Jardim Sulacap (60) e Tijuca (41). A distribuição de respostas por regiões de planejamento e bairros é apresentada nos gráficos abaixo:

Gráfico 1. Respostas por Regiões de Planejamento e Bairros

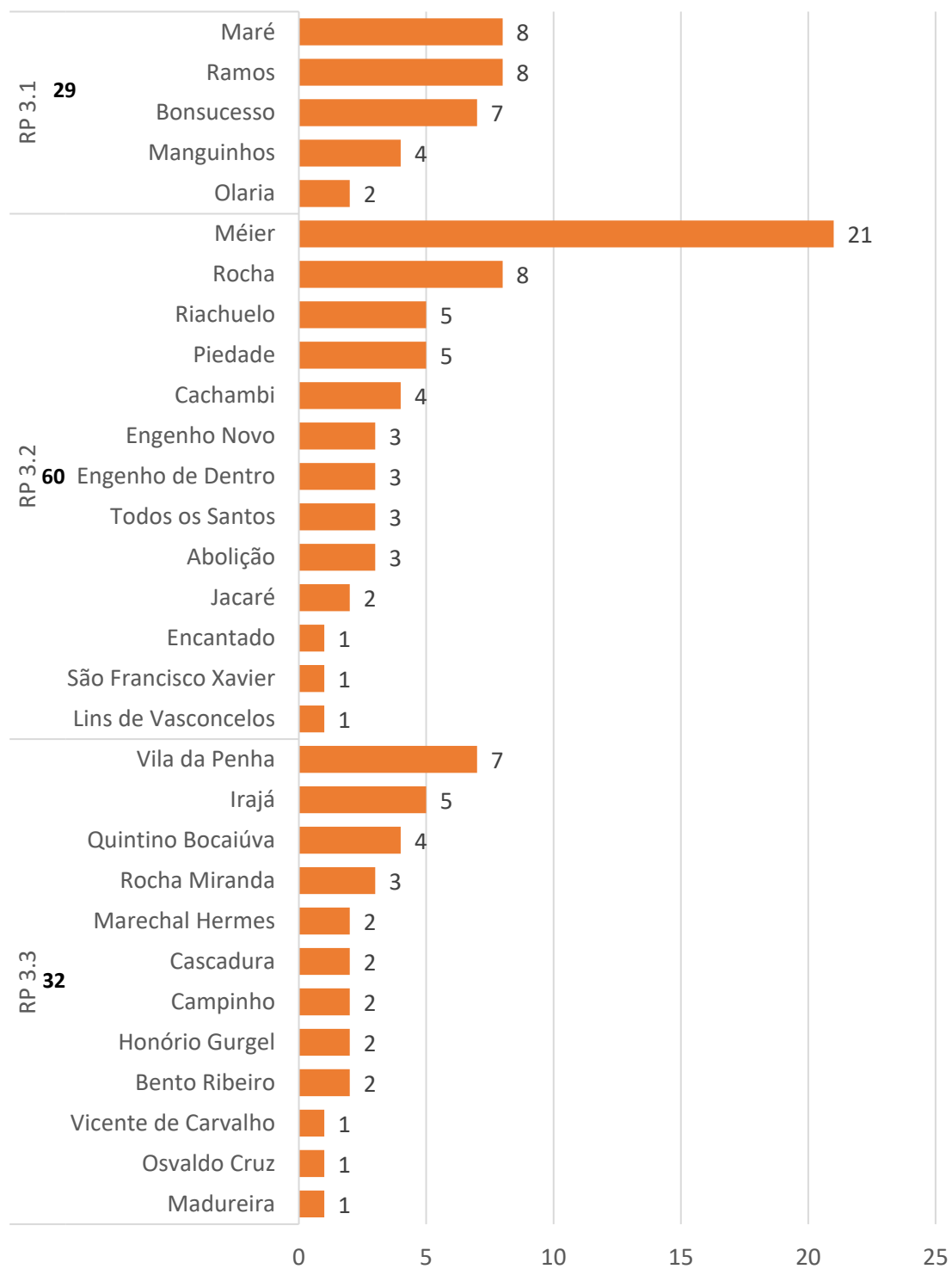
AP 1

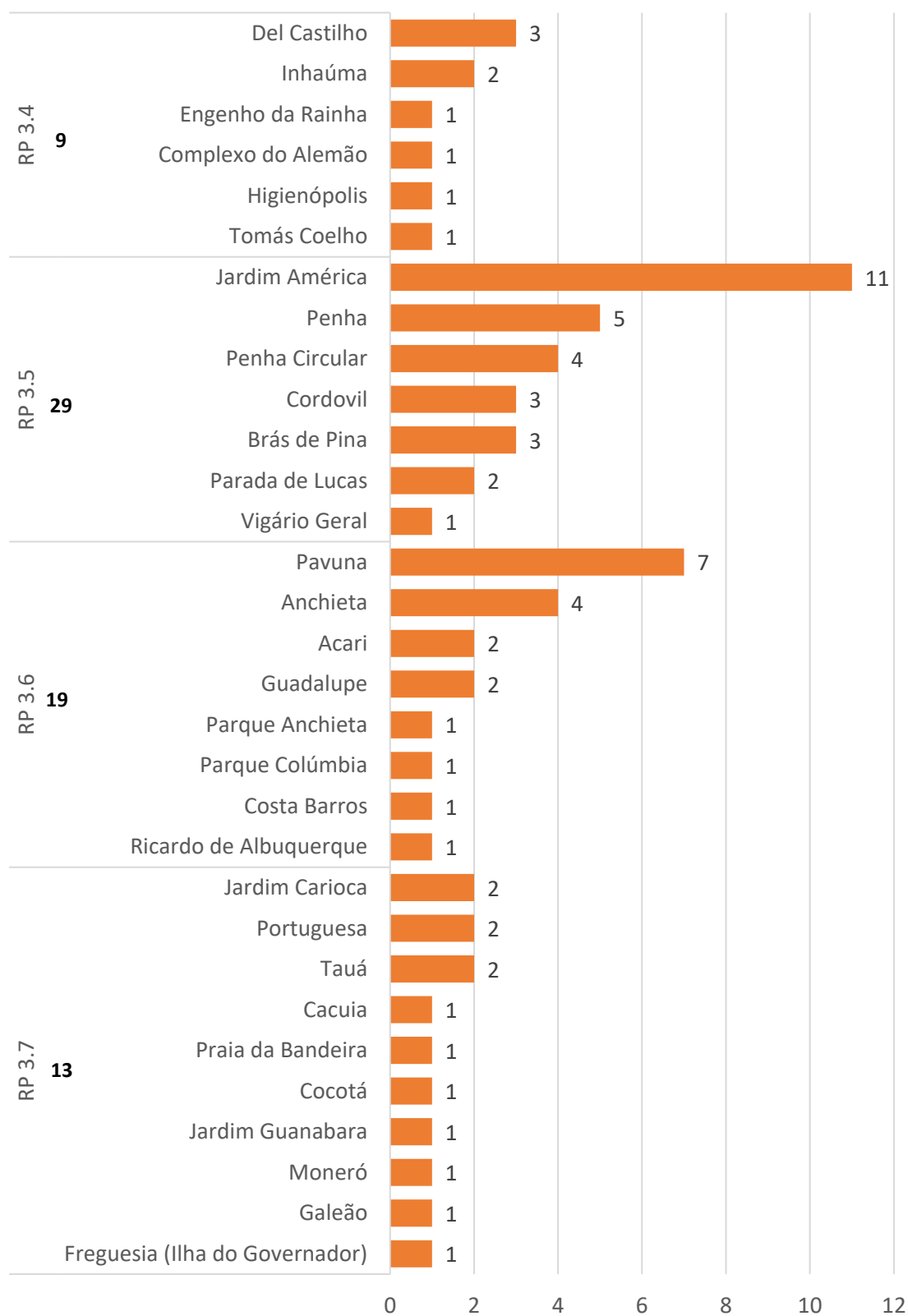


AP 2

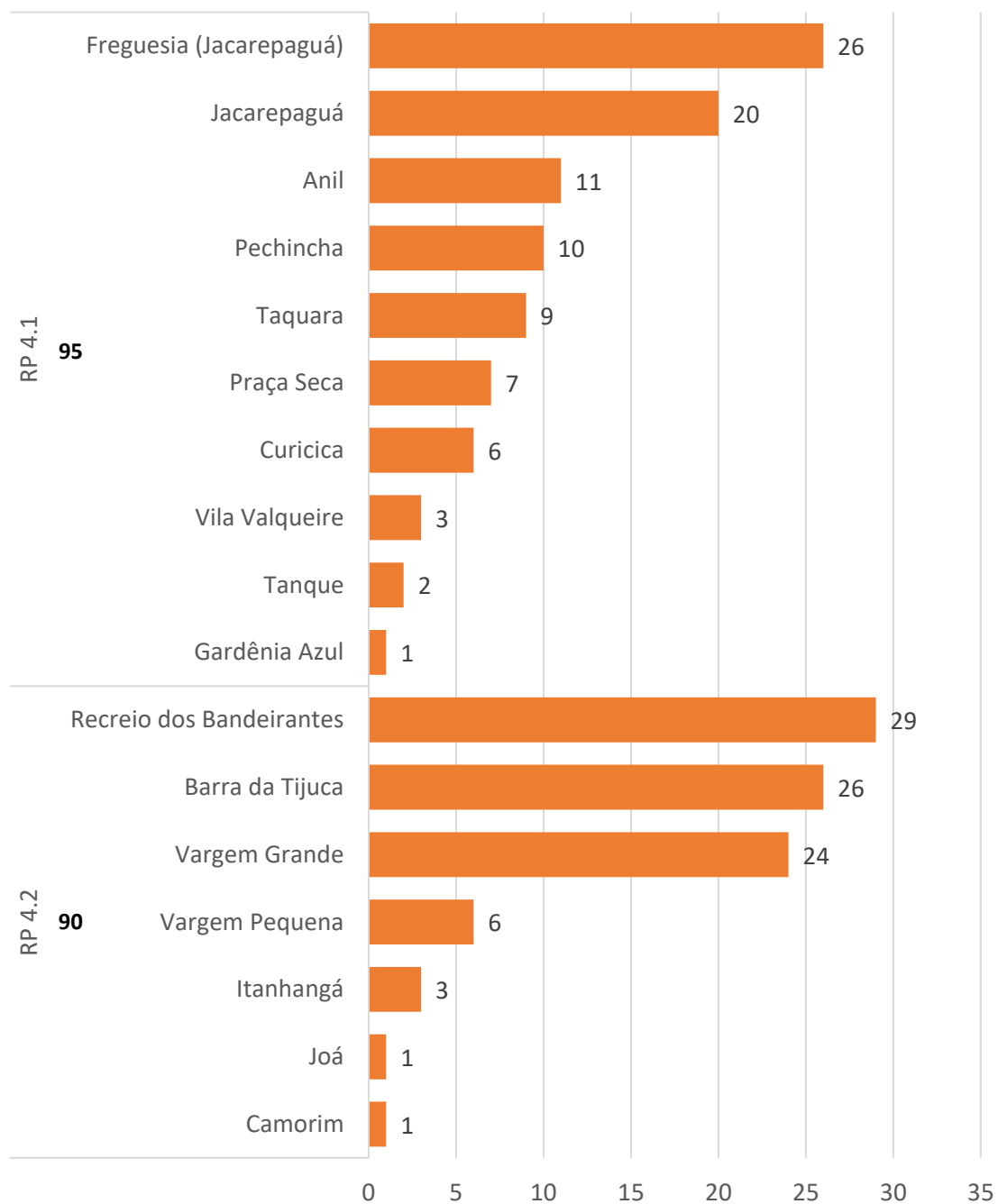


AP 3

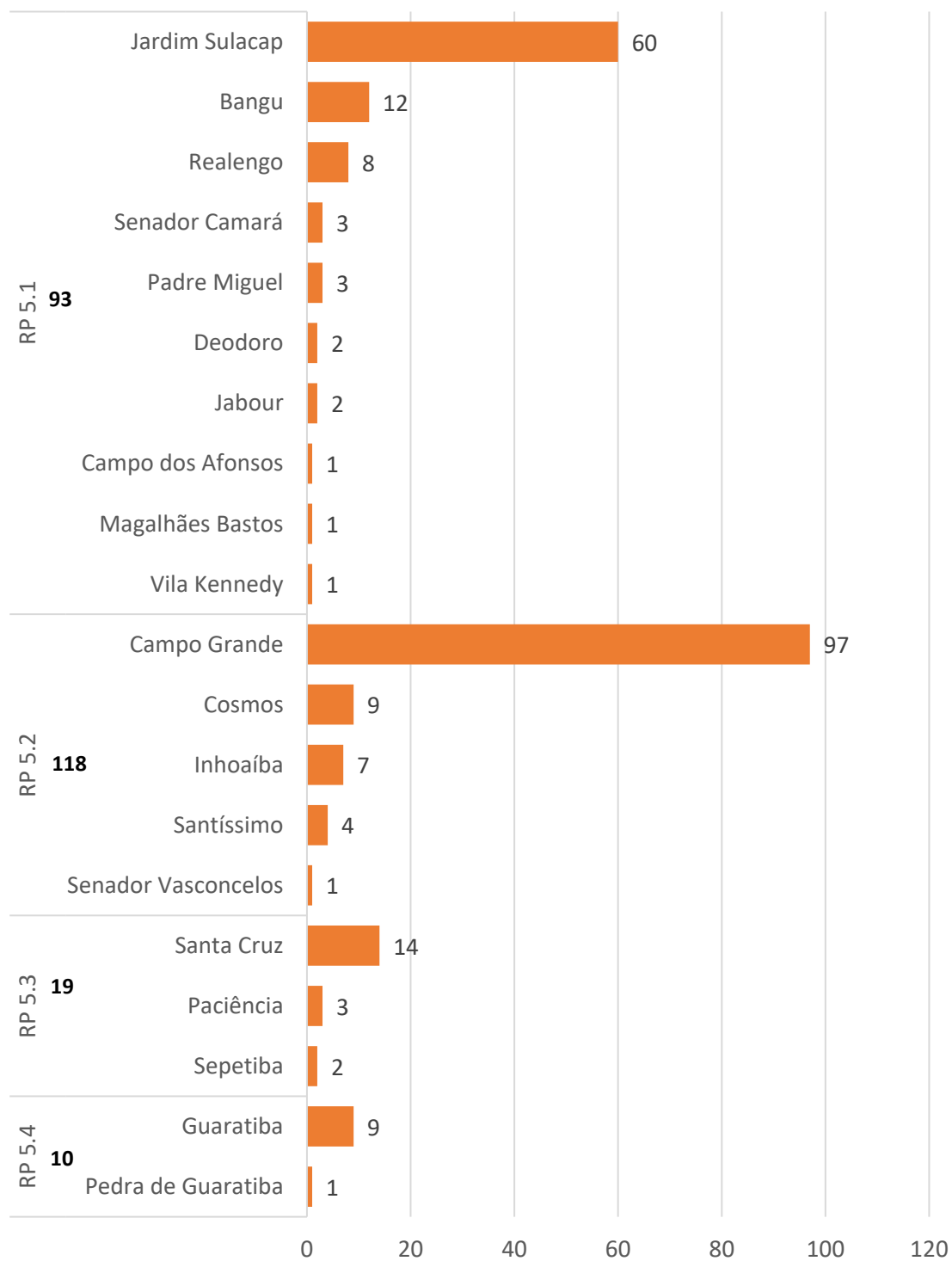




AP 4



AP 5



Quando perguntados sobre o Plano Diretor e o processo de revisão, a maior parte dos participantes respondeu que conhece e sabe do processo, porém não estava participando das audiências públicas ou não sabia que estavam ocorrendo.

Gráfico 2.

Você sabe o que é um Plano Diretor?

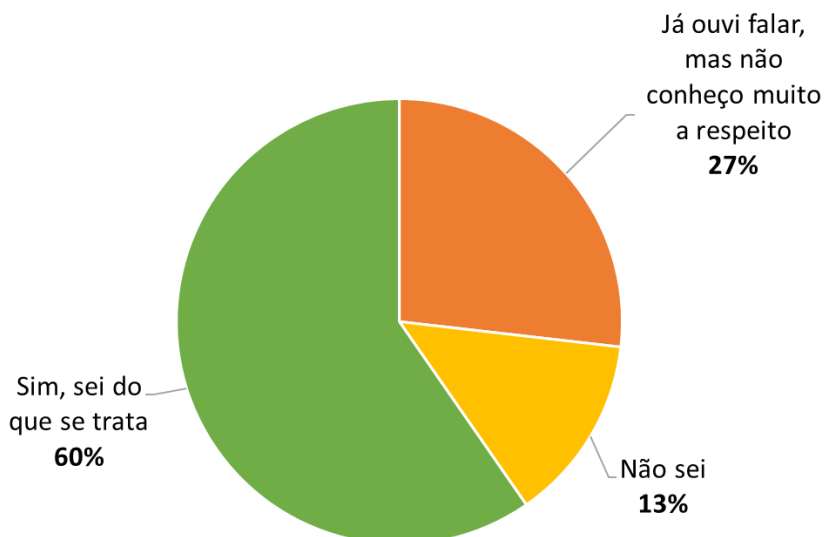
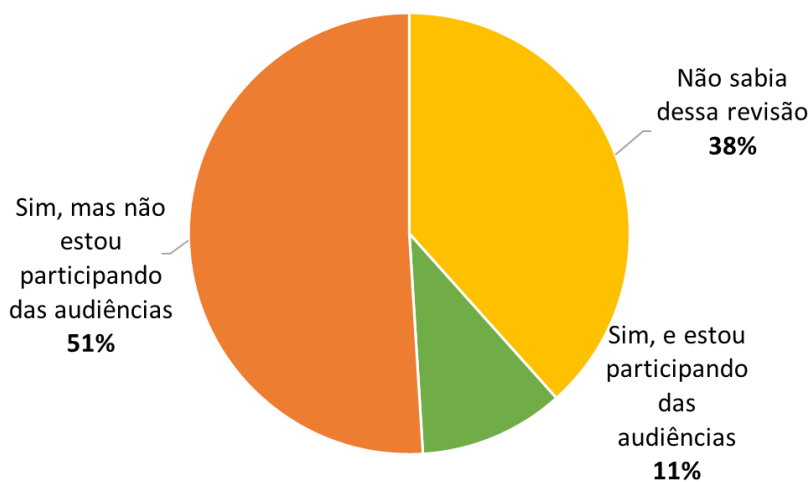


Gráfico 3.

Você sabia que o Rio de Janeiro está fazendo a revisão do seu Plano Diretor?



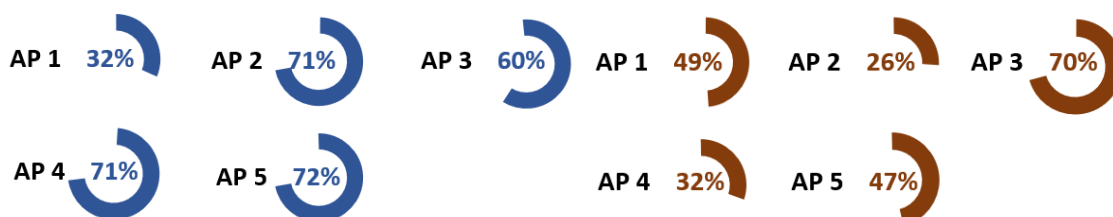
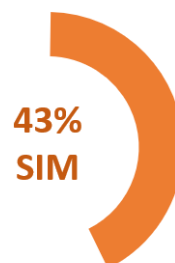
Em outra pergunta, foi questionado se o(a) respondente consideraria bom mais pessoas morarem no seu bairro. A maioria respondeu que não e, na análise por área de planejamento, apenas na AP1 houve maioria (68%) de respostas favorável a novos moradores. Essa é uma questão interessante, porque o PLC44/2021 sinaliza para o adensamento residencial na AP1 e na AP3, mas apenas na AP1 a proposta parece ter boa receptividade, em um primeiro momento, entre os respondentes da enquête.

Já na pergunta “Você mudaria de bairro se tivesse oportunidade?”, é interessante observar que é na AP3 que se alcançou maior porcentagem de respostas de pessoas que indicam desejo de mudar de bairro se tiver oportunidade. Embora a enquête não aprofunde o tema e não tenha elementos para avaliar as razões ou se a expectativa de mudança seria para bairros de outras áreas de planejamento, parece expressivo o percentual de respondentes que manifestam tal desejo – mais de 70%. Já os moradores da AP2, que abrange toda a Zona Sul e Tijuca e região, bem como os da AP4, que engloba Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes além da região de Jacarepaguá, na maior parte, não desejam mudar de bairro.

Gráfico 4.
Você acha que seria bom mais pessoas morarem no seu bairro?



Gráfico 5.
Você mudaria de bairro se tivesse oportunidade?



A enquête pediu, ainda, para eu fossem indicados temas considerados “mais importantes para melhorar a qualidade de vida no seu bairro”. Nesse caso, o(a) respondente poderia escolher quantas opções quisesse e tinha oportunidade, ainda, de indicar temas que não estavam na lista. O mais citado foi Segurança, tanto no balanço geral, como por área de planejamento, como mostram os gráficos a seguir. Embora o Plano Diretor possa incidir de modo talvez apenas indireto na política de segurança

pública, é importante registrar a centralidade do tema quando se fala em qualidade de vida na cidade. Questões relacionadas à mobilidade urbana – “melhoria e/ou acessibilidade de calçadas” e “ampliação de oferta de transporte coletivo” – foram, na sequência, os temas mais assinalados, ainda que quando se analisa por área de planejamento, dependendo do caso, outros temas ganham maior destaque. Na AP1, por exemplo, o aproveitamento de imóveis vazios ou abandonados, é segundo tema mais citado, depois de segurança. Já na AP4, o que aparece em segundo é “despoluição das águas (rios, córregos, baías, mananciais, etc). Na AP3 e na AP5, além das questões relativas à mobilidade, têm destaque também o tema dos serviços públicos de educação e saúde. Na AP2, ganha destaque temas como coleta seletiva, patrimônio histórico e urbanização de favelas.

Os gráficos abaixo mostram os resultados gerais e por área de planejamento.

Gráfico 6. Temas mais importantes para melhorar a qualidade de vida no seu bairro - Geral

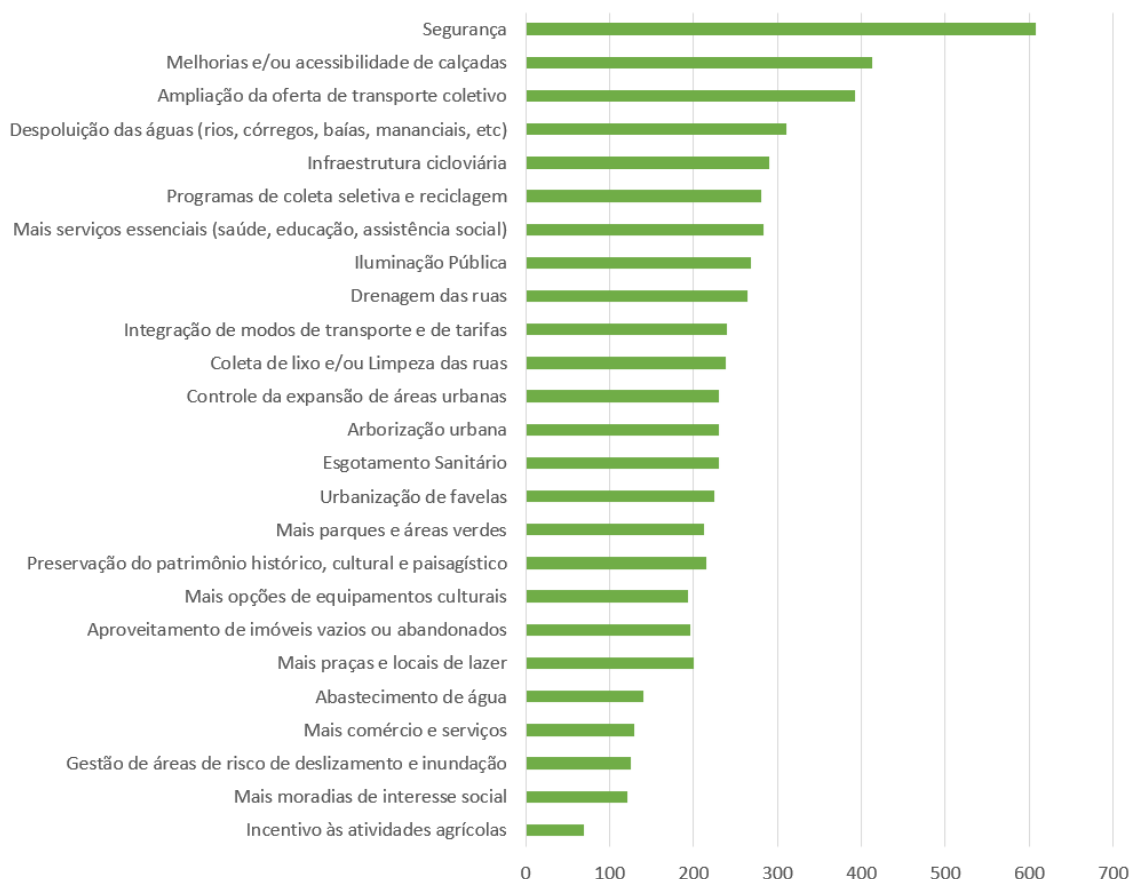
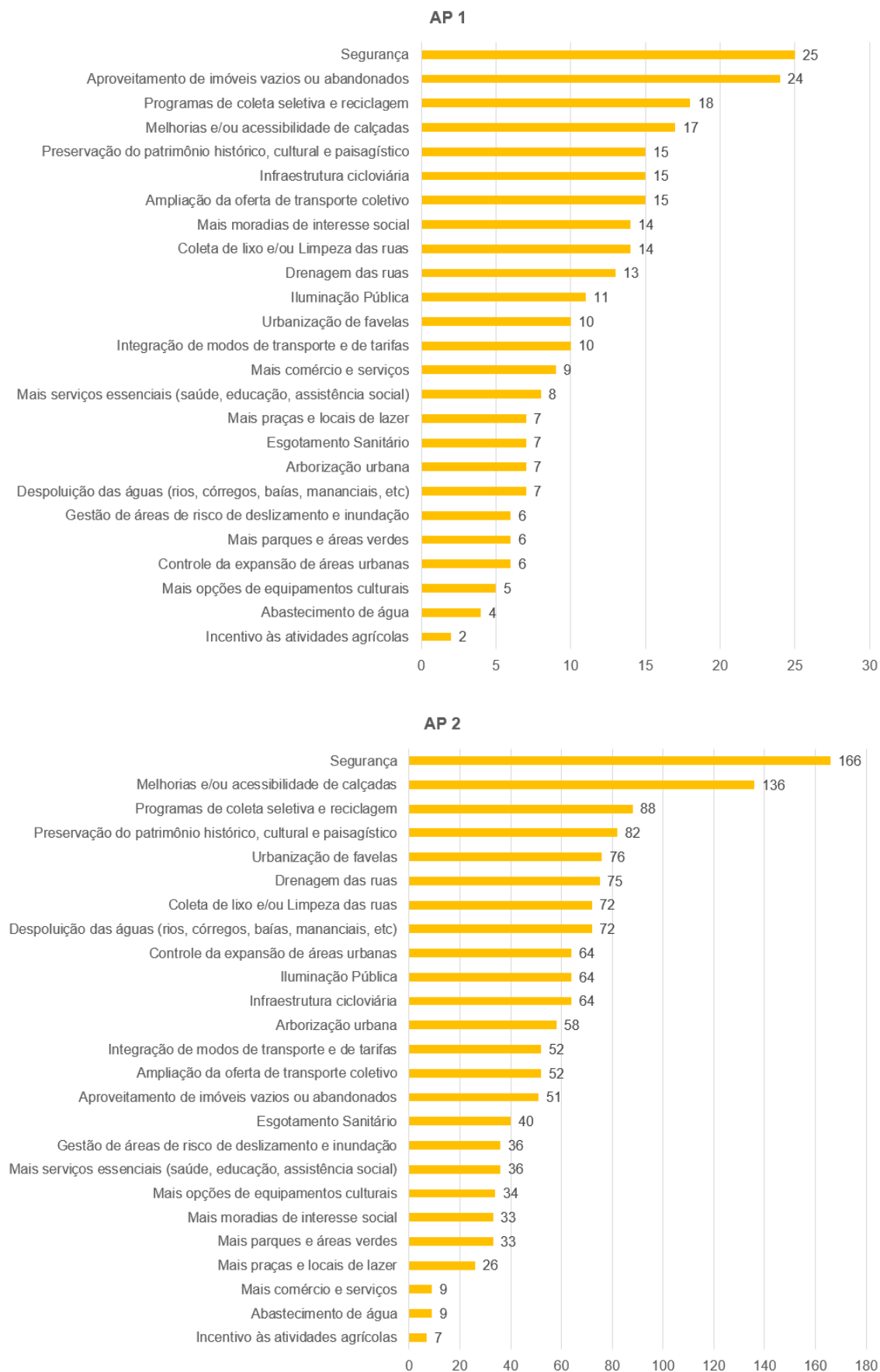


Gráfico 7. Temas mais importantes para melhorar a qualidade de vida no seu bairro – por AP



AP 3



AP 4



AP 5



2. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS (NOVEMBRO/2022)

Paralelamente às discussões das audiências territoriais e juntamente com a enquete pública, foi disponibilizado um formulário online para envio de propostas da sociedade civil. Esse formulário ficou aberto até o dia 10 de novembro de 2022 no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na página dedicada aos assuntos do Plano Diretor, conforme imagem abaixo. Também foram recebidos documentos em papel, entregues durante os eventos públicos, que foram inseridos no formulário para integrar o quadro das contribuições recebidas.

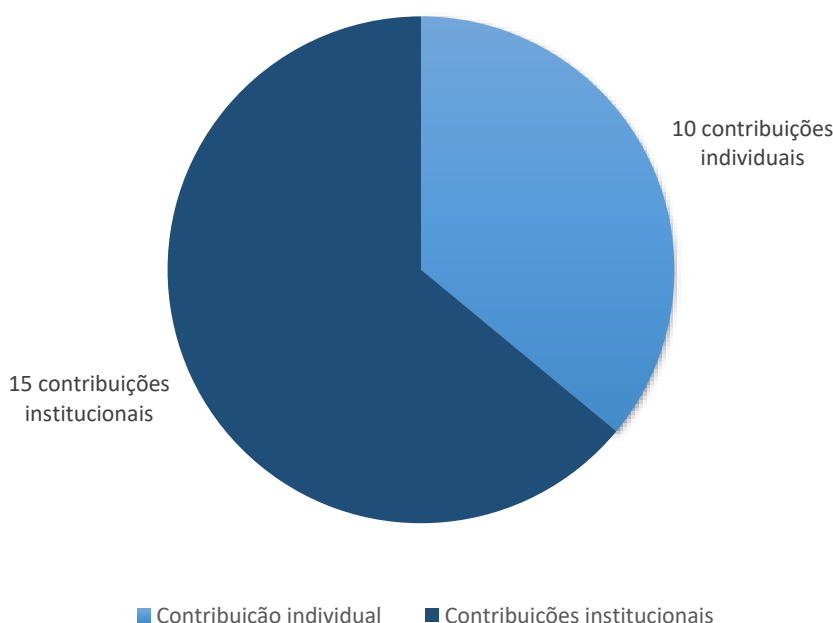


No Produto 3, foram apresentadas e analisadas as contribuições cadastradas no formulário até 31/10/2022. Agora, neste produto, são abordadas as contribuições cadastradas de 1 a 10/11/2022 (data de fechamento do formulário). São 25 contribuições analisadas neste produto, incluindo iniciativas individuais e institucionais. Trata-se, portanto, de análise parcial do conjunto de contribuições, que se soma àquela apresentada no Produto 3.

No total, são 75 contribuições analisadas no Produto 3 e 25 analisadas neste Produto 4. Um total de 100 contribuições, sendo 66 contribuições individuais e 34 contribuições institucionais.

Das 25 contribuições consideradas na análise apresentada neste produto, 10 são individuais e 15 institucionais (Gráfico 8). Algumas dessas proposições foram enviadas pelas mesmas pessoas ou instituições que já haviam encaminhado contribuições anteriormente, ora abordando temas distintos, ora complementando o que já tinha tratado anteriormente.

Gráfico 8. Total de contribuições recebidas entre 31/10/2022 e 10/11/2022



Para sistematizar essas contribuições, foi elaborada uma planilha com informações preenchidas nos formulários (ver Anexo 1). Nela, são apresentadas informações como bairro, tema e as propostas/contribuições na íntegra. Também foi inserida uma coluna com *link* de acesso aos respectivos arquivos, para os casos de contribuições enviadas por meio de documentos anexados ao formulário. Além disso, foram incluídas duas colunas de análise do IBAM sobre cada contribuição, que indicam o conteúdo a que se refere cada proposta e o tipo de vinculação possível com o PLC 44/2021. O objetivo dessas duas colunas de análise é indicar possíveis formas de classificação das propostas, de modo a apoiar os vereadores na leitura das mesmas e a avaliação da pertinência de proposição de emendas ao projeto de lei a partir de tais contribuições.

Cabe salientar que na planilha do Anexo 1 estão relacionadas todas as contribuições recebidas, destacando-se aquelas analisadas no Produto 3 e aquelas analisadas neste produto. Apesar das análises em produtos distintos, dado o caráter processual da assessoria técnica, considerou-se importante a planilha permitir a visão geral do conjunto de contribuições, facilitando assim o trabalho dos vereadores e suas assessorias.

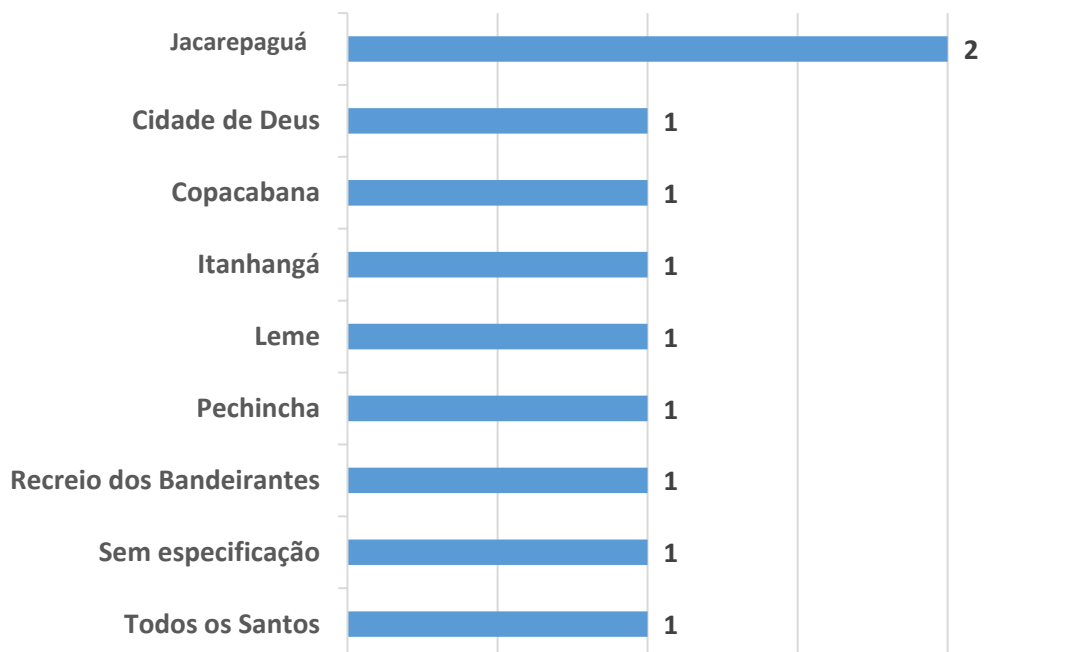
1.1. Contribuições individuais

Da mesma forma que o registrado no produto 3, as contribuições individuais, na sua grande maioria, dizem respeito a problemas, situações, demandas muito específicas dos bairros onde os proponentes moram. Muitas vezes, compartilham situações particulares que dizem respeito a recortes dos próprios bairros, como logradouros.

É possível considerar que alguns desses relatos e demandas explicitem problemas ou desafios de caráter mais geral ou estruturante da cidade e que devam de algum modo ser abordados pelo Plano Diretor. Não necessariamente na forma de ações concretas sobre as situações específicas apontadas, mas na forma de diretrizes e/ou de ações estruturantes orientadas para a melhoria da qualidade da vida urbana. É importante destacar, entretanto, que os relatos indicam, muitas vezes, situações que requerem ações cotidianas exercidas pela gestão municipal e poderiam, eventualmente, ser encaminhadas ao Poder Executivo para avaliação das providências necessárias.

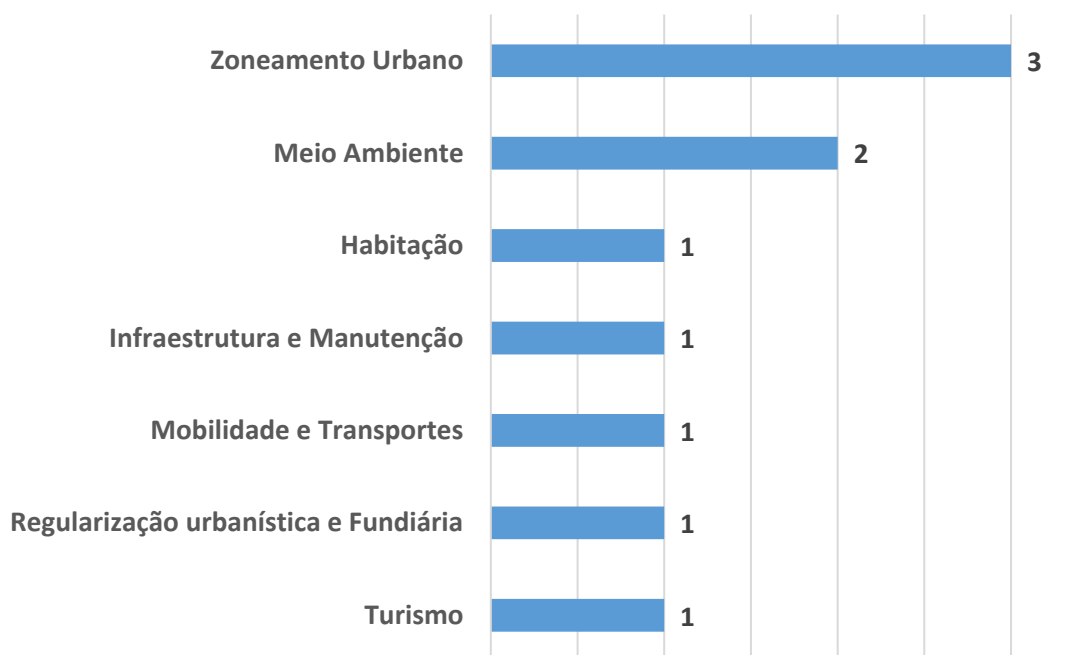
Dentre as áreas de planejamento, a com maior número de contribuições foi a AP4, com seis contribuições, seguida da AP 2, com duas. Houve também por fim, uma contribuição individual da AP3 e um caso que não se enquadra em uma única área de planejamento, visto que se trata de documento contendo uma lista de atrativos turísticos da cidade. Em relação aos bairros, verifica-se que cada contribuição recebida corresponde a um bairro diferente, não tendo destaque de nenhum pela quantidade de contribuições.

Gráfico 9. Contribuições por Bairros (1/11/2022 até 10/11/2022)



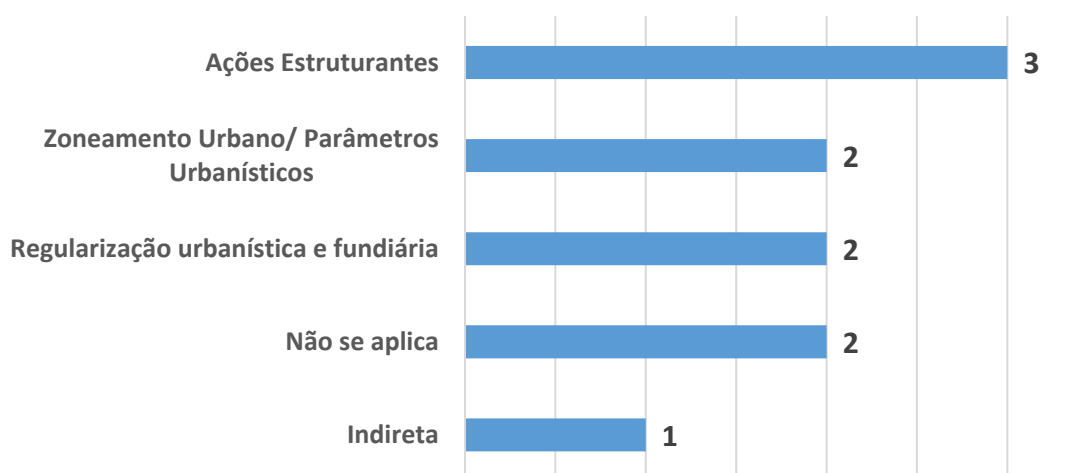
O gráfico 10, a seguir, indica os assuntos abordados nas contribuições individuais. Entre as 10 contribuições individuais enviadas nessa segunda leva, três se referiram a Zoneamento Urbano e outros dois casos sobre Meio Ambiente. Outros temas surgiram apenas uma única vez, a saber: Turismo, Habitação, Regularização urbanística e Fundiária, Mobilidade e Transportes, Infraestrutura e Manutenção.

Gráfico 10. Temas das contribuições individuais a partir do campo “Assunto” do formulário.



Como é possível verificar pelo gráfico XX, a temática das contribuições individuais tiveram diferentes abordagens. Numa análise sobre a possível vinculação das propostas com o PLC 44/2021, observou-se que três delas poderiam ser enquadradas nas ações estruturantes do anexo do projeto de lei. Outras três são focadas mais objetivamente em temas do projeto de lei: regularização urbanística e fundiária, zoneamento e AEIS/ZEIS. Outras duas foram enquadradas como “não se aplica” por não terem nenhuma relação com o Plano Diretor ou não serem apresentadas efetivamente proposições sobre o tema. Por fim, uma contribuição foi classificada como relação “indireta”, por apresentar uma listagem de pontos turísticos da cidade, sem qualquer encaminhamento propositivo objetivo. Neste caso, entendeu-se que apesar do conteúdo não ser objeto próprio do Plano Diretor, poderia ser avaliada alguma compatibilização entre a lista a e a proposta de Área de Especial Interesse Turístico ou ainda dos Sítios de Relevante Interesse Paisagístico e Ambiental.

Gráfico 11. Vinculação possível com o Plano Diretor, a partir da análise prévia do IBAM.



Entre as propostas de ações enviadas destacam-se demandas relacionadas com promoção de melhorias da qualidade ambiental, arborização urbana e conforto térmico, melhoria de infraestrutura em parques e áreas verdes da cidade e implementação de projetos de educação ambiental em escolas localizadas no território municipal. A proposta é direcionada para a região de Jacarepaguá porém o conteúdo é abordado de forma ampla, podendo se relacionar com outras regiões da cidade. Em outro caso, é demandado uma maior fiscalização de obras e controle da expansão da Favela da Babilônia e do Chapéu Mangueira, no Leme, indicando uma preocupação com o desmatamento na região. Outra proposta indica possíveis melhorias no sistema viário da região do Recreio dos Bandeirantes, como alterações e alargamentos da Avenida das Américas, criação de vias internas no bairro e conclusão das obras do BRT Transoeste e o Transolímpico, entre outras.

9Com relação ao zoneamento, foi enviada uma proposta que aborda reivindicações sobre o bairro de Itanhangá. O documento encaminhado resgata um projeto de lei de 2007 para instituição de uma Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) do Bairro do Itanhangá.

Vale ressaltar que em três casos, participantes encaminharam contribuições se identificando como representantes de entidades, entretanto, como não houve identificação clara das instituições que representam foram classificadas como contribuições individuais. Em um dos casos, o proponente que encaminhou a contribuição se identificou como *“representante dos proprietários de áreas de Santa Cruz-RJ”*. Tal proposta sugere a revisão do zoneamento para que seja possível a aprovação de lotes com metragem inferior a 10 mil m² e problematiza aspectos relacionados com o parcelamento de áreas agrícolas e criação de zonas mistas que permitissem as atividades agrícolas com outras formas de usos. No segundo caso, onde o contribuinte se identifica apenas como representante *“protetores de animais”*, relata apenas o texto *“ Art. 9 parágrafo 1”*, sem qualquer recomendação quanto alteração ou supressão.

Houve ainda o envio de uma proposta cadastrada como referente ao *“Partido Rede”* - sem especificar se é referente ao partido Rede Sustentabilidade. Como o documento não possui nenhuma identificação partidária ou especifica o cargo ocupado pela contribuinte dentro da organização política, foi classificada também como proposta individual. O documento versa, em seu início, sobre a história da Colônia Juliano Moreira, especificando detalhes relacionados a sua área, história de criação, consolidação do complexo psiquiátrico e o processo de transferência de administração federal para o Município do Rio de Janeiro. Refere-se ainda ao programa da Prefeitura, Morar Carioca, que foi implantado em 2013 em diversos setores da Colônia, ressaltando características relacionadas com a precariedade urbana da região. Por fim, o documento fala, brevemente, sobre a importância da regularização fundiária dos imóveis localizados na área.

1.2. Contribuições institucionais

Nesta segunda leva, além das contribuições individuais, foram recebidas também contribuições de instituições da sociedade civil carioca, que apresentaram suas propostas seja pelo formulário seja por meio de documentos encaminhados diretamente à Comissão Especial do Plano Diretor. Algumas das propostas foram feitas conjuntamente, por mais de uma entidade. São as instituições que enviaram propostas:

ACMMERJ	FAM-RIO	Moradores e Proprietários do Alto da Estrada Grajaú-Jacarepaguá	Associação dos Moradores do Jardim de Alah
ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	Apresenta Rio	Sindicado da Indústria Audiovisual e Firjan	Associação de Indústrias do Rio de Janeiro
Orla Rio	AMOUR - Associação dos Moradores da Urca	Sindicato da Indústria de Mineração de Brita do Estado do Rio de Janeiro	Movimento SOS Vargens e Articulação Carioca por Justiça Socioambiental
	ABRASCE	ADEMI e SINDUSCON	

De modo geral, as contribuições apresentam manifestações, reivindicações ou preocupações das instituições em relação a temas do Plano Diretor. Outras apresentam sugestões já na forma de emendas ao PLC 44/2021. Os documentos encaminhados podem ser acessados pelos links indicados na planilha do Anexo 1 e podem representar contribuições valiosas para os parlamentares formularem e/ou embasarem suas propostas de emendas aos PLC 44/2021.

Sobre essas contribuições tecemos, a seguir, alguns comentários, apontando os pontos de ajuste sugeridos. Evidentemente, tais sugestões deverão ser apreciadas pelos senhores e senhoras vereadoras que poderão, se for o caso, transformá-las em emendas no âmbito do processo legislativo.

Comentários às sugestões da Associação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

A entidade, preocupada com o impacto de custos da cobrança da Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), conforme estabelecida artigo 94 do PLC 44/2021, sugere a inclusão de um parágrafo único para isentar dessa cobrança todos os estabelecimentos industriais situados nas ZI, ZUPI, ZEI, ZFU e ZUM.

Entretanto propõem como alternativa à tal isenção, critérios de escalonamento da cobrança específicos para as indústrias a serem instaladas naquelas zonas enunciadas. Ou, seria uma regra de transição própria para o setor, distinta da regra geral expressa no art. 96, que seria, então, da seguinte forma:

“I- Nos 2 primeiros anos após a entrada em vigor desta lei: isento

II- Entre o 2o e 4o ano após a entrada em vigor desta lei: será cobrado 30% do valor atribuído a contrapartida financeira relativa a outorga onerosa.

III – Entre o 4o e 6o ano após a entrada em vigor desta lei: será cobrado 50% do valor atribuído a contrapartida financeira relativa a outorga onerosa.

IV- Entre o 6o e 8o ano após a entrada em vigor desta lei: será cobrado 70% do valor atribuído a contrapartida financeira relativa a outorga onerosa.

V- Após o 8o ano de vigência desta lei será cobrado o valor integral da contrapartida financeira relativa a outorga onerosa.”

Com relação ao artigo 307, que trata das atividades “permitidas em todas as zonas, exceto em ZEI e ZCA 1, desde que atendam as condições de ocupação previstas para o local” e observadas as restrições indicadas no artigo, propõem a inclusão de mais um inciso, de número III, com a seguinte redação: *“III – Atividades abrangidas pela Lei da Liberdade Econômica (Lei Complementar Municipal no 238/21), podendo estas inclusive ocuparem as ZEI”*. Cabe ressaltar que de acordo com o art. 300 do PLC 44/2021, Zona de Uso Estritamente Industrial (ZEI) é aquela

“destinada à instalação de indústrias cuja operação pode causar prejuízos e impactos significativos ao ambiente urbano, cabendo planejamento específico para sua implantação, admitindo convivência limitada com usos de comércio e serviços complementares ao seu funcionamento, não sendo permitido o uso residencial”.

Já em relação ao artigo 372, que trata das fachadas ativas nos eixos de transporte nas ACS, ZUM e ZFU, sugerem o acréscimo de um Parágrafo Único, com o seguinte teor: *“Poderão ser criados incentivos fiscais e urbanísticos nestas áreas para atividades industriais, na forma de lei específica”*.

Com igual teor sugerem a adição de um artigo no TÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS - CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Seção I - Disposições sobre normas de uso do solo, direcionado a possibilitar incentivos fiscais e urbanísticos para a instalação de atividades industriais em ZEI, ZI, ZUPI e ZDM.

Finalmente sugerem no mesmo Título VII - no Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, a garantia de direitos adquiridos por quaisquer estabelecimentos

industriais compatíveis com a legislação em vigor à época da instalação, o que parece estar pacificado no próprio PLC e pelas normas que orientam o direito de urbanístico, quando se trata de estabelecimentos cujas construções foram regularmente licenciadas.

É possível acessar o documento pelo link: https://drive.google.com/file/d/1GaUvkxof5-giAjwrP8Lu-qIV_n4xy3-j/view

Comentários às sugestões da concessionária Orla Rio

Estas contribuições voltam-se para o incremento do turismo na orla da cidade, ao tempo que visam ampliar os ganhos dos concessionários, bem como a regular o uso do espaço nas praias para os seus usufrutos e a posição dos tradicionais barraqueiros. Alegam a possibilidade da convivência dos dois tipos de negócios, ambos contribuindo para o incremento do consumo turístico, mas buscam um equilíbrio entre os custos de concessão dos quiosques e as taxas pagas pelos barraqueiros.

Nessa direção, solicitam a inclusão de três artigos (não sugerem a Seção ou Capítulo) com o seguinte teor:

Artigo 1º- Os quiosques localizados na orla marítima do Município poderão ser autorizados a ocupar a areia da praia em frente ao estabelecimento com espreguiçadeiras e guarda-sóis, destinados ao uso exclusivo de seus clientes.

“Parágrafo 1º. Todo quiosque em orla marítima precedido de licitação terá o direito para colocação de até doze espreguiçadeiras com seis ombrelones de 2x2m.

Parágrafo 2º. Autorização será formalizada por meio da expedição do Documento de Autorização para Uso de Área Pública, pela Coordenação de Licenciamento e Fiscalização, após a comprovação do pagamento da Taxa de Uso de Área Pública.

Artigo 2º - Cada quiosque poderá ocupar um máximo de 70m² (sendo, cinquenta metros quadrados) para a colocação dos equipamentos previstos no artigo 1º deste “decreto”, observados os seguintes parâmetros:

I – a ocupação será na areia da praia em frente e logo após ao quiosque, conforme croqui, a ser apresentado pelo quiosque solicitante, podendo ser arranjados em filas e colunas.

II – as espreguiçadeiras e ombrelones não poderão ultrapassar o limite da extensão da base do estabelecimento comercial.

III – as espreguiçadeiras poderão ter no máximo setenta centímetros de largura e um metro e noventa centímetros de comprimento;

IV – cada conjunto de duas espreguiçadeira e um ombrelone não poderá ocupar mais que 4m².

V – os ombrelones deverão ter no máximo dois metros de diâmetro;

VIII – as espreguiçadeiras e os guarda-sóis poderão exibir a logomarca do quiosque ou da concessionária, que deverá ter tamanho compatível com o equipamento, sendo vedado o uso de qualquer publicidade.

Parágrafo único. O projeto de área a ser ocupada deverá ser submetido à Coordenação de Licenciamento e Fiscalização quando for requerido o Alvará de Autorização Especial.

Artigo 3º. Todo o equipamento previsto no artigo 1º deste “decreto” poderá ser colocado na areia a partir das oito horas e deverá ser retirado até as vinte e duas horas.

§ 1º. Qualquer equipamento que permanecer em logradouro público fora do horário determinado no caput deste artigo será apreendido.

§ 2º. O estabelecimento que mantiver os equipamentos em área pública fora do horário estabelecido no caput deste artigo terá seu Alvará Especial cassado.”

Embora, se possa considerar pertinente ideia de que seja necessária a organização do uso público na orla marítima, inclusive na faixa de areia, sobretudo pelo aspecto de ordem que representa para o turismo, entende-se que tal matéria não deve ser necessariamente trada no Plano Diretor, mas, se for o caso, como a própria sugestão apresenta, objeto de outra norma com lei específica ou até decreto.

O documento encontra-se disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/12VJqCSv-X5rhtzlrZn4U47N1hMU003pc/view>

Comentários às sugestões do Sindicato de Mineração de Brita do Estado do Rio de Janeiro

Em função da tramitação do PLC 44/21 na Casa Legislativa, o Sindicato aproveita a ocasião para solicitar novas alterações e inclusões no texto da Lei que vão ao encontro do antes reivindicado e buscam outros objetivos, sobretudo permitir a expansão da areia e brita, de modo a suprir as necessidades atuais da construção civil, e, sobretudo

prover um estoque futuro das necessidades da cidade, evitando-se com isto sua custosa importação de outras localidades.

Alegam que no momento atuam na cidade apenas sete empresas que existem há mais de cinquenta anos e que, em face das restrições urbanísticas e ambientais, torna-se impossível a criação de outras similares e consideram em risco as atuais, uma vez que segundo o PLC 44/21 todas se localizam em Zonas Residenciais, portanto “em condições de insegurança jurídica ao não se prever a condição fática de sua preexistência nestes locais há décadas”.

Na direção do suprimento da demanda desses minérios, sugerem que se crie, como no caso do Plano Diretor de Nova Friburgo, uma Zona específica de Mineração, ou como no caso do PDU de São Paulo, que optou por “reconhecer as áreas de mineração ativas, com controle ambiental e recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas”.

O documento encontra-se no link:

<https://drive.google.com/file/d/19vQEMc5m2EBmC41nZCB-D4ypeDa9vgPj/view?usp=sharing>

Comentários às sugestões da Associação Brasileira de Shopping Centers – ABRASCE

A Associação encaminha apenas uma solicitação de emenda modificativa, relativa ao artigo 330, inciso II, alínea b – onde propõem a seguinte redação “os jirais das lojas independentemente do pavimento em que estiver instalado”.

Trata-se de sugestão que parece pertinente uma vez que o próprio Código de Obras e Edificações Simplificado (COES) que trata das condições para instalação de jirais já prevê a possibilidade em outros pavimentos mediante pagamento de contrapartida. Não parece razoável seu cômputo como pavimento se observadas as condições do COES, sobretudo em Shopping Centers ou galerias comerciais.

O documento está disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1z-wvgDTNP3uyRDleecQ0fA21FY4rBsQy/view>

Comentários às sugestões do Conselho Empresarial da Indústria Criativa e do Sindicato da Indústria Audiovisual – SICAV / FIRJAN

Ao realçarem a vocação da Cidade para a indústria Criativa, as entidades apresentam sugestões de emendas ao texto do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro “com objetivo de fomentar a infraestrutura do setor no município”.

Nessa direção, reivindicam um “distrito da Indústria Criativa na Região da AP4 que já abriga o Polo de Cine & Vídeo, o Riocentro, o Parque Olímpico, o Parque dos Atletas, as Redes de TVs Record e Globo”.

Para tanto, sugerem a inclusão de emendas aditivas, com os seguintes teores:

(I). EMENDA ADITIVA No 01

Art. XXX. Fica reconhecido como Distrito da Indústria Criativa, a área que engloba o Polo de Cine&Video, o Riocentro, o Parque Olímpico, o Parque dos Atletas, Rede Record e Rede Globo, na AP4, cujo perímetro está descrito no Quadro Anexo XX.

§1º O presente Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro reconhece a área que engloba o Polo de Cine&Video, o Riocentro, o Parque Olímpico, o Parque dos Atletas, Rede Record e Rede Globo, na AP4, como área preferencialmente destinada ao primeiro Distrito da Indústria Criativa do Município do Rio de Janeiro.

(II). EMENDA ADITIVA No 2

Art. XXX. O gabarito das edificações e/ou o pé direito dos estúdios que compõem o Distrito da Indústria Criativa do Município do Rio de Janeiro poderá ter a altura de até 25 (vinte e cinco) metros, visando o atendimento às necessidades das atividades que ali serão desenvolvidas.

Embora possa ser considerada pertinente a proposta do Distrito da Indústria Criativa, parece redundante a inclusão do §1º na primeira emenda, uma vez que praticamente repete o caput do artigo sugerido, com exceção da expressão preferencialmente, que pode gerar ambiguidade de interpretação, uma vez que o caput já reconheceria a área como o distrito proposto.

Quanto à segunda emenda, é preciso considerar alguns elementos em sua avaliação. O primeiro dele é que a área do Polo Cine & Vídeo já dispõe de legislação própria (Dec 7548/1988) que pelo PLC 44/2021 deve permanecer em vigor. De acordo com a proposta, o gabarito que hoje é definido por quadra passaria a vigorar em toda área, sendo de 25 metros para estúdios. Entretanto, se considerada válida a sugestão, será necessário verificar sua compatibilidade com cone de aproximação do aeroporto de Jacarepaguá. E, ainda, avaliada se incidirá apenas na área do Polo Cine & Vídeo ou se em toda a área do Distrito da Indústria Criativa proposto, o que parece ser a intenção da emenda sugerida. Na verdade, parte dessas já tem gabarito até maior que 25 metros

vigorando e de acordo com o projeto de lei, sendo necessário delimitar com mais precisão onde incidirá a regra proposta.

O documento está disponível no link:
https://drive.google.com/file/d/1ZFqio2gvT2_SflGN2hzMRpeigW8itdwo/view

Comentários às sugestões do APRESENTA RIO

No documento encaminhado em nome do grupo/organização “APRESENTA RIO”, sem referências claras da natureza institucional, incluem-se onze sugestões. Tais sugestões não indicam, nem propõem emendas ao texto do PLC 44/21 e vão desde propostas de isenções de impostos (IPTU) para estabelecimentos de difusão cultural e de entretenimento, até o reconhecimento de festas como o Carnaval e o Réveillon como “eventos essenciais”, que requerem condições “excepcionais ao usufruto e à liberação da cidade”.

Os documentos encontram-se disponíveis nos links abaixo:

<https://drive.google.com/file/d/1q3lhJvJ8XORAU8TvTsmzuLNvtakttwGu/view>

Comentários às sugestões da Federação das Associações de Moradores – FAM-Rio

A FAM-Rio dedica a primeira parte do documento ao fato de que “As ÁREAS COM POTENCIAL AGRÍCOLA não foram incluídas no Mapa de Zoneamento e Ordenamento Territorial como determina o Plano Diretor nos seus Princípios, Objetivos e Ações Estruturantes”. Embora comentem que no entendimento do projeto de lei tais áreas sejam vistas como áreas “tampão” ou protetoras da expansão urbana, apontam que, paradoxalmente, tais áreas estão sendo disponibilizadas como de expansão urbana. Nesse sentido, apontam exemplos: *“Só na região de Guaratiba/Paciência há pelo menos quatro áreas com potencial para a agricultura que foram mapeadas como de expansão da malha urbana num total paradoxo em relação aos Objetivos e Ações Estruturantes do Plano. Áreas agrícolas e com potencial agrícola estão sendo disponibilizadas para a expansão urbana como a região de sítios na Estrada do Fragoso/Morro de Santa Clara, próximo à Serra do Cantagalo, com lotes de 360 m²; a região no entorno da Estrada Santa Eugênia, com lotes de 125 m² e a região da Fazenda Mato Alto, com lotes de 225m²”*. Com o mesmo sentido, apontam a necessidade de clara demarcação da porção do território rural do município, inclusive por razões tributárias.

Em outro tema, sugerem a inclusão de um artigo com o seguinte teor:

“Art... Reduzir os gabaritos das edificações da AP2.1 e AP2.2 para 8 pavimentos de qualquer natureza e altura máxima de até 25 metros, obedecendo os afastamentos laterais”.

Consideram que a AP2.1 (Zona Sul) e AP2.2 (Grande Tijuca) situam-se na MACROZONA DE CONTROLE DA OCUPAÇÃO e, justamente por esse motivo, não suportariam a expansão da densidade como proposto no PLC, sendo, portanto, um outro paradoxo do Plano. Apontam exemplo desse paradoxo em relação a bairros como Flamengo, Botafogo, Laranjeira cujos gabaritos, em alguns casos, afetariam a Zona de Amortecimento do Patrimônio Mundial da Paisagem/UNESCO. Na Grande Tijuca, apontam exemplos com justificativas similares na Tijuca, propriamente dita, e nas regiões de Grajaú, Vila Isabel e Andaraí.

Recomendam, em especial, *“Retirar do Mapa de Zoneamento da AP2.1 a Subzona ZRU1 B da encosta da Rua Benjamim Batista, no Jardim Botânico, que se encontra em ÁREA NON AEDIFICANDI”*. E, no mesmo sentido: *“Reduzir o gabarito e altura máxima permitida das edificações na Subzona ZRM2-I do Bairro de São Conrado na AP2.1 para quatro pavimentos e altura máxima de 15 metros, obedecendo os afastamentos laterais”*.

Sugerem ainda: *“Reduzir na região da AP3 a abrangência das áreas com gabarito de 15 pavimentos (ZRM1, ZRM2, ZRM3 e ZCS)”*. Alegam que seja *“correto elevar o adensamento na AP3, só não é razoável aumentar na forma e intensidade que está sendo proposta neste Plano Diretor com prédios de 15 andares disseminados por praticamente todas as áreas desta região e também com prédios de até 8 andares sem afastamento lateral, colados uns nos outros. Este modelo proposto certamente trará consequências danosas à qualidade do ambiente na AP3 e aprofundará os graves problemas das altas temperaturas e das ‘ilhas de calor’”*.

Ainda em relação a AP3, comentam sobre a necessidade de revisão de parâmetros na ZFU e aduzem a recomendação de que *“os afastamentos das divisas laterais dos lotes na região da AP3 serão obrigatórios para prédios acima de dois pavimentos com até 8 metros de altura”*.

Sugerem nova redação para o caput do Art. 341, criando a exigência de que os afastamentos laterais deverão ser observados em todos os casos, como determinado no Artigo 6º da LEI no 4.125 de 01/06/2005 - PEU ENGENHO DE DENTRO, que aplicado, teria permitido maior fruição do ar e melhores condições climáticas para a área. Sugerem inclusive que tal solução seja estendida à toda a cidade.

Ainda sobre as questões relativas a afastamentos, sugerem que seja reescrito o Artigo 340 com a seguinte redação: “Art. 340. Os afastamentos em relação às divisas laterais e de fundos dos lotes não poderão ser inferiores a dois metros e cinquenta centímetros.”

Consideram que essa matéria deve ser incluída no Plano Diretor e não ser mantida apenas no Código de Obras e Edificações Simplificado (COES), LC nº 198 de 14/01/2019 – Art.4º; II), pela relevância no que toca a ambiência urbana e, na mesma direção, sugerem a inclusão de um Inciso X no Artigo 320, com o texto: “Afastamentos mínimos em relação às divisas laterais dos lotes”. Nesse sentido, cabe observar que os parâmetros urbanísticos devem ser compreendidos como um sistema articulado, de modo que definições de coeficientes de aproveitamento e gabarito, por exemplo, no Plano Diretor consideram os afastamentos fixados no COES. Eventual mudança nessa lei, poderia alterar completamente as possibilidades de adensamento e de morfologia urbana admitidas, o que justificaria a incorporação dos afastamentos laterais e de fundos no próprio Plano Diretor, uma vez que esse passará a englobar os critérios de uso e ocupação do solo.

Em outro tema, relativo à readequação do potencial construtivo, tratado no Artigo 106, sugerem alterar seu § 2º, que passaria ter a seguinte redação: “§2º Nos casos descritos nos incisos II e III do Art.106, será cobrada Outorga Onerosa do Direito de Construir sobre a área que ultrapassar o CAB para o local”. É proposta também a inclusão de mais um parágrafo nesse artigo, para dizer que “no caso do inciso I, ‘terrenos com imóveis protegidos’, o potencial construtivo das novas edificações no lote não poderá ultrapassar o valor do CAB local”.

Outra sugestão apresentada é de alteração dos incisos III e VII do Art. 107 para adoção das seguintes redações: “III – *A altura máxima das novas edificações não poderá ultrapassar a altura máxima do bem tombado ou preservado existente no lote*” e “VII – *Será permitida mais de uma edificação no lote, afastadas das divisas*”.

Abordando o tema das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, é proposta a alteração o parágrafo 2º do artigo 365, para supressão do trecho que diz: “ou em ato legal que regulamente seu zoneamento”. Tal como fundamentam, as condições e parâmetros de ocupação devem ser dadas pelos seus respectivos Plano de Manejo, não sendo recomendável deixar aberta a regulamentação dessas áreas por meio de outros instrumentos, o que representaria possibilidade de descumprimento da legislação federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Por fim sugerem a supressão do Artigo 373 do PLC 44/2021 que possui a seguinte redação: “Art. 373. Ficam mantidas as condições para a aplicação da Operação

Interligada prevista na Lei Complementar no 229, de 14 de julho de 2021, observadas as seguintes condições:”

Alegam para tanto que as justificativas dadas tanto pelo Plano Diretor como pelo Programa Reviver Centro para derrubar a proteção dada pela LEI No 1654 de 09/01/1991 aos imóveis de baixa volumetria, alvos desta Operação Interligada, mostram-se absolutamente inconsistentes e paradoxais. Tais imóveis seriam “guardiões dos nichos de excelência em qualidade de ambiência urbana que restaram nesses bairros”. Segundo o argumento apresentado, em relação às áreas de aplicação de Operação Interligada pelo Reviver Centro, em especial Copacabana, entende-se por “padrão consolidado” nesses bairros “os contínuos e elevados paredões de prédios que oprimem o ambiente, bloqueando a ventilação e a iluminação natural de logradouros e quadras, obstruindo também o campo visual do céu e da paisagem”. De acordo com o documento comentado, apenas em Copacabana mais de 200 imóveis seriam afetados por essa medida. Da mesma forma, sublinham aspectos relativos à Grande Tijuca, na AP3, que seria igualmente afetada.

A justificativa para adoção do Programa Reviver Centro (229/2021 – Art. 61; § 3º) de “recompor morfologicamente as quadras, seguindo as volumetrias e os padrões de ocupação que as consolidaram...” é, pois, contestada e entendida pela instituição como contrária às orientações da Macrozona de Controle da Ocupação. A FAM-Rio finaliza seu documento com a seguinte afirmação: *“Tal justificativa é uma negação aos claros benefícios urbanísticos proporcionados pela LEI Nº 1654 de 09/01/1991 de proteção aos imóveis de baixa volumetria”*.

O documento encontra-se no link: <https://drive.google.com/file/d/1E3MFiN4s-TkrOeFAh-dSJufRPN6tLXJI/view>

Comentários às sugestões da ADEMI e SINDUSCON

ADEMI e SINDUSCON tinham encaminhado, anteriormente, outro documento, mais extenso, que foi abordado no Produto 3. O documento agora incluído entre as contribuições da sociedade civil traz um conjunto de observações ao texto do projeto de lei apresentado pelo Executivo chamados de “pontos de atenção Título IV – do parcelamento e do remembramento do solo”. O documento, na verdade, apenas sinaliza os tais pontos de atenção, sem desenvolver propriamente críticas ou apresentar justificativas ao mencioná-los. Depreende-se, entretanto, que são aspectos do projeto de lei que veem com alguma preocupação, ainda que aqui não sejam apresentadas propostas objetivas de modificação ou supressão de textos.

Entre os pontos destacados, encontra-se a menção ao art. 261 e a proibição do parcelamento do solo em determinados tipos de terrenos. Com relação à criação de Relatório de Diretrizes Territoriais - RDT, as entidades sugerem preocupação com a obrigatoriedade de elaboração de RDT para empreendimentos com mais de 10 mil metros, devendo este passar por uma consulta prévia pelo Planejamento Urbano. Outro ponto é o art. 266, que condiciona o parcelamento à conservação de áreas verdes e frágeis que seria limitação “muito vaga”.

A respeito dos parâmetros urbanísticos, indicam como pontos de atenção a proibição de abertura de vias na Zona Sul e acima da cota 60, o aumento da largura de logradouros, a limitação da inclinação de rampas e a limitação da testada de loteamentos de 200m. Importante esclarecer que a restrição à cota 60 já se encontra na legislação vigente, não sendo novidade proposta pelo PLC 44/2021.

Outro aspecto apontado é o aumento “considerável” da área de doação nos parcelamentos e o fato de que hoje se exige apenas aos loteamentos. Destacam ainda a exclusão das áreas *non aedificandi* das áreas de doação. Mostram-se preocupadas também com a possibilidade de o Município poder definir onde ficarão as áreas doadas e/ou de negação de áreas indicadas, o que segundo afirmam “pode retardar o processo de parcelamento”.

Entre as menções que constam do documento, há referência também à criação de “novas demandas para urbanização de vias” e criação de “novo cálculo para plantio de árvores no condomínio”. Há, ainda, indicações referentes ao art. 292, que “pode impedir ou limitar o parcelamento de áreas que apresentem vista panorâmica”, à limitação de cortes e aterros e à possibilidade de restrições a empreendimentos “em áreas de baixada e de bacias hidrográficas sujeitas a inundações”.

O documento pode ser acessado através do link:
https://drive.google.com/file/d/1bpTnxVnhRQHjTbyA_Ww0Hn4GY-dsGU6O/view

Comentários às sugestões da ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis

No documento enviado pela ABIH, encontram-se algumas breves sugestões sobre aspectos e elementos que se vinculam com a temática do Plano Diretor. Em alguns casos, são sugeridas ações que não competem à legislação urbanística, como por exemplo, a solicitação de criação de incentivos fiscais para o setor. O documento cita algumas festividades municipais, como carnaval e réveillon, ressaltando a importância dessas para a cidade do Rio de Janeiro. Sugerem, de modo vago, que sejam criadas zonas e locais de interesse turístico, citando a orla, parques e a possibilidade de utilização dos

mesmos para a realização de eventos no Município. Outras sugestões institucionais podem, eventualmente, ser relacionadas entre as ações estruturantes do Anexo 1 do PLC, tais como, a criação de estratégias de promoção, captação de congressos/eventos e marketing de destino; ações de capacitação e qualificação da mão de obra dos trabalhadores do setor turístico; a criação, manutenção, difusão e incremento de um calendário de eventos municipais; a criação de uma plataforma de dados sobre a arrecadação fiscal do setor, para monitoramento e desenvolvimento de políticas públicas; criação de um site e canais digitais turísticos oficiais do Município, como formas de facilitação da divulgação do destino e equipamentos turísticos, como hotéis, centros de convenção e o próprio calendário, citado anteriormente.

O documento pode ser acessado pelo link:
<https://drive.google.com/file/d/118G3l8pw9AtP2iUrigW74WYxWFRumc0a/view>

Comentários às sugestões da organização denominada Moradores e Proprietários do Alto da Estrada Grajaú-Jacarepaguá¹

Em um documento de 33 páginas, incluindo registros fotográficos e materiais cartográficos, a organização sugere o zoneamento do Alto da Grajaú-Jacarepaguá, como estratégia de contenção da expansão urbana e instalação de assentamentos precários, como forma de preservação ambiental. O documento sugere o zoneamento de um trecho da Avenida Menezes Cortes, como Zona Residencial Unifamiliar, com a possibilidade de reconhecimento das atividades comerciais, que segundo o documento, já existem na localidade. Sugerem ainda, a criação de uma segunda faixa com zonas de controle ambiental de uso sustentável para a prática da agricultura familiar e extrativismo vegetal (colheita de frutas) e, adiante, uma terceira faixa enquadrada pela Zona de Controle Ambiental 1, formando um cordão verde, em torno da divisa do Parque Nacional da Tijuca, conforme mapa encaminhado.

O documento pode ser acessado no link:
<https://drive.google.com/file/d/18TUmi3r2bTMES9X1SEGc9CxAUWEgihL2/view>

Comentários às sugestões do Movimento SOS Vargens e Articulação Carioca por Justiça Socioambiental

O documento enviado conjuntamente pelo Movimento SOS Vargens e pela Articulação Carioca por Justiça Socioambiental inicia com fortes críticas à extinção do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente - GAEMA, do Ministério Público do Rio de

¹ No campo de identificação institucional do formulário não está explícito se a entidade é uma associação, um coletivo de moradores ou outra forma de organização.

Janeiro, e ao que chamam de “desmonte” da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC. Os dois eventos citados foram, de acordo com a manifestação, fundamentais para o processo de transferência de competência pelos licenciamentos ambiental para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação – SMDEIS.

Diante deste breve contexto, o documento traz um conjunto de reivindicações, tais como: criação de mecanismos de suspensão das licenças concedidas e deslegitimar aquelas que se encontram em andamento; a volta da competência do licenciamento ambiental para a SMAC; criar restrições dos parâmetros urbanísticos na região das Vargens (visto que para os manifestantes, os gabaritos propostos são incompatíveis com as funções ambientais e características do bairro); suspensão do projeto Alphaville, onde identificam impactos significativos no Mosaico da Vargens; ainda sobre o empreendimento imobiliário, Alphaville, as entidades solicitam a elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança; exigem que as ZEIS cumpram sua funcionalidade urbanística; criação de uma política social para a habitação, nas áreas de AEIS, com restrições para a especulação em cima dos aluguéis, com a incorporação da Lei Marielle Franco e implementação de estratégias de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social; Regularização fundiária, segundo REUB, REURB-S e Termo Territorial Coletivo; realização de cartografia hidrográfica de toda a região das Vargens, do entorno do Maciço da Pedra Branca e delimitação da área de amortecimento e do marco 100; conclusão das obras da ciclovia da região, visto que é o veículo mais utilizado pelos moradores; e, por fim, construção de uma UPA que abranja a região das Vargens e Recreio dos Bandeirantes.

Comentários às sugestões da AMOUR – Associação dos Moradores da Urca

A Associação de Moradores da Urca encaminhou dois documentos, incluindo sugestões para o novo Plano Diretor. Em ambos os documentos, a entidade solicita que não seja revogado o PEU Urca, porém com algumas diferenças na abordagem na proposta.

No primeiro documento, a entidade apresenta como única proposta de emenda a exclusão do item referente à revogação do PEU Urca. Em sua argumentação ressalta um conjunto de particularidades que caracterizam o bairro: sua formação geográfica peninsular, a presença do maciço do Morro da Urca e do Pão de Açúcar, a existência de fragmentos de mata atlântica, a presença de instituições de ensino superior e militares, além de um conjunto significativo, para as limitações do bairro, de escolas particulares. Segundo o primeiro documento, alguns empreendimentos que estão em andamento no bairro, como a instalação da escola Eleva, geram receio de impactos na qualidade de vida dos moradores, em função do aumento do fluxo de veículos (visto que o bairro possui apenas uma entrada e uma saída). Ressaltam a importância do tombamento do

bairro e seu entorno (Decreto Municipal 44.278/2008) e o fato de estar inserido na Zona de Amortecimento da paisagem carioca, tombada pela UNESCO. Manifesta ainda preocupação com relação ao adensamento excessivo e seus impactos no bairro e que a legislação municipal de ordenamento urbano, o PEU 001, conhecido popularmente como PEU Urca, Decreto Municipal 1.446/1978, foi responsável pelo controle do desenvolvimento urbano e, em outro ponto, se referem a exclusão do bairro da Lei 232/2021 que permitiu a reconversão de imóveis, justamente por conta das particularidades envolvidas e possibilidade de impactos do adensamento do bairro para moradores. Deste modo, os documentos sugerem que o PEU Urca não seja revogado pelo PL 44/2021 que estabelecerá o novo Plano Diretor Municipal.

No segundo documento, tais considerações também estão presentes, porém com alguns pontos adicionais, como a preocupação de conflitos com outras leis, em especial a aplicação da Lei de Liberdade Econômica. Ao invés de solicitar a revogação do item referente ao PEU, a associação propõe o adiamento da revogação, por um período suficiente para a constituição de um escritório técnico, representado por órgãos da Prefeitura e com a participação da associação. Pedem também a regulamentação da APA Paisagem Carioca, a elaboração de legislação municipal de tombamento da Praça General Tibúrcio e a disposição por meio de decreto específico, que considere as características de um território com grandes áreas na Praia Vermelha e entorno como Zonas de Operações Especiais (ZOE). Neste sentido a proposta de texto de emenda do segundo documento tem a inclusão de um parágrafo que condiciona a revogação à prévia edição de legislação que estabeleça os mecanismos de proteção adequados às características do bairro.

O primeiro documento citado, encontra-se no link:
https://drive.google.com/file/d/1Afp0XMWt48PYtYvdUnmWEuPXh_eh7UI/view

O segundo documento pode ser encontrado pelo link:
<https://drive.google.com/file/d/1k93JrHEMIQaGZYvs1e7KrWkmQjBShMwf/view>

Comentários às sugestões da Associação dos Moradores do Jardim de Alah

A sugestão encaminhada pelo representante da Associação de Moradores do Jardim de Alah foi realizada diretamente no campo do formulário eletrônico, sem o envio de documentos. Após um breve texto, fazendo referência a importância das áreas verdes, parques e jardins municipais, diante de críticas a permissões de exploração comercial desses espaços, a manifestação sugere que o Plano Diretor os proteja, valorizando a vocação como áreas de lazer e não como espaços comercializados.

Comentários sobre a manifestação da ACMMERJ - Associação dos Síndicos dos Condomínios Minha Casa Minha Vida do Estado do Rio de Janeiro

O representante da ACMMERJ, por meio do formulário eletrônico, manifestou apenas que gostaria de dar sugestões, pessoalmente, sobre melhorias da qualidade de vida dos reassentados e indicações sobre possíveis melhorias a respeito de obras, sem especificar quais ou se estão em andamento. Não houve envio de documento.

ANEXO 1 - PLANILHA DAS CONTRIBUIÇÕES ENCAMINHADAS PELA SOCIEDADE CIVIL

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Final				Contribuições cadastradas até 31/10/2022		Contribuições cadastradas de 19/11 a 10/11/2022		Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?		Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)	
Maracanã	Não		Uso e Ocupação do Solo	ISENTAR OS BARES E RESTAURANTES DO PAGAMENTO DE TAXAS DE USO DE MESAS E CADEIRAS EM CALÇADAS PÚBLICAS NAS ESQUINAS DA RUA MARIZ E BARROS NO MARACANÃ E GRANDE TIJUCA.			Demanda pontual	Indireta	
Brás de Pina	Não		Infraestrutura e Manutenção	Urbanizar a av. shultz wenk, na altura do nº 420 ou em toda a sua extensão. Vexame o que a prefeitura e os órgãos públicos fazem. largado!			Demanda pontual	Diretrizes Ações Territorializadas	
Realengo	Não		Diversos	Acredito que temos vários pontos a melhorar no bairro. Gostaria de iniciar pela área de segurança. Eu passo de segunda a sexta na rua marechal Soares Andréia, na altura do número 90. E presencio vários motoqueiros, principalmente moto táxi, andando em cima da calçada, colocando em risco vida das crianças e inclusive dos transeuntes. Já entrei em contato com o batalhão da área, mas não obtive resposta. Inclusive, algumas vezes existe a presença da polícia militar, mas por volta das 7:40 às 8:00, ou seja, esse horário já não tem mais trânsito e não existirá a infração dos motoqueiros. Sem falar na falta da presença da guarda municipal em pontos cruciais para inibir roubos e furtos. Transporte-> É URGENTE o aumento de linhas de ônibus e transporte alternativo, como de vans, no nosso bairro. A circulação durante a semana é dificultosa e final de semana, não temos opção nenhuma de ônibus. Agradeço por poder contribuir com informações e de uma certa forma denunciar os abusos cometidos pelos cidadãos infratores.			Descrição de situação / problema	Indireta	
Jacaré	Não		Diversos	Plantio de Árvores, favelização e falta de fiscalização nas construções residenciais			Proposta geral	Diretrizes	
Rocha	Não		Mobilidade e Transportes	Há 2 anos morando no bairro e com a redução da linha 275 e retirada da linha 277, ambas que vão para o Centro, penso que uma linha que faça ligação do metrô com as ruas do bairro, de extrema necessidade, visto que, as ruas que ficam mais para dentro e que saem na Ana Neri, são muito desertas e com assaltos frequentes, impossibilitando o trajeto a pé.			Descrição de situação / problema	Ações Territorializadas	
Centro	Não		Mobilidade e Transportes	Colocar um metrô na praça cruz vermelha e ônibus passando por dentro do bairro que é muito carente,l. Tínhamos o C10 mas passava quando queria, inviável.			Demanda/Proposta	Diretrizes Ações Territorializadas	
	Sim	PUC-Rio	Uso e Ocupação do Solo	Mudança na taxa de ocupação e que o Campus esteja fora da demarcação das Zonas de Restrição a Ocupação - Anexo X		https://drive.google.com/open?id=1UaPuz2xtfBCN8dLp0p540oPmq8Fd-tZ	Demanda pontual	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos	
Botafogo	Não		Diversos	O bairro de Botafogo, como outros do Rio, possui imóveis, tombados ou não, com jardins e quintais que constituem ilhas verdes de extrema relevância para abrigo e ponto de descanso para a fauna que transita entre as unidades de conservação que o margeiam. A substituição desses jardins por prédios impacta sobremaneira essa fauna, além de reduzir a circulação de ar, a insolação, a infiltração de água da chuva, impactar o trânsito e sobrecarregar ainda mais o bairro. A existência de corredores contínuos de árvores e ilhas de vegetação é essencial para evitar o atropelamento de espécies arbóricolas e para possibilitar que espécies mais sensíveis possam continuar sobrevivendo no bairro, realizando o papel de dispersores de sementes e polinizadores entre a flora dos diversos fragmentos florestais, mantendo a variabilidade genética e, portanto, a viabilidade dessas populações. Vejam: https://www.amabotafogo.org.br/post/mobiliza%C3%A7%C3%A3o-para-preservar-a-floresta-e-http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4595787/4116261/corredores_verdes.pdf			Descrição de situação / problema	Diretrizes Ações Territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos	
Botafogo	Não		Habitação	Minha proposta é que se faça a desapropriação de imóveis que descumpram a função social da propriedade e sua adequação para fins habitacionais, buscando uma solução ao crescimento das favelas e à necessidade de moradia por parte da população desprovida de habitação. Isso deve ser aliado a uma política de assistência social e uma campanha contra a estigmatização de moradores de habitações populares, além da implantação de novas parcelas de reflorestamento no âmbito do Programa Mutirão Reflorestamento. O bairro tem espaço para todos, desde que haja políticas de democratização, assistência, empregabilidade e infraestrutura urbana.			Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana	
Botafogo	Não		Saneamento Básico	Implantação de rede coletora com vistas à despoluição da Praia de Botafogo e da Baía de Guanabara como um todo.			Demanda/Proposta	Diretrizes Ações Territorializadas	
	Sim	Associação de Moradores do Rocha, Riachuelo e adjacências (AMA)	Uso e Ocupação do Solo	Solicita a construção de um Parque nos terrenos pertencentes ao Estado do RJ, situados à rua Almirante Ari Parreiras no 528/538, no bairro Rocha.		https://drive.google.com/file/d/1PUEEh8eOQ0rx0_YjD5ZFeBG3XMfollmA/view?usp=sharing&	Demanda/Proposta	Ações Territorializadas	
	Sim	Associação de Moradores do Méier (AMME)	Zoneamento urbano	Levantamento contra a ampliação de gabarito e mudanças no zoneamento com vistas à ampliação ou implantação de zonas mais mistas. A favor de uma maior mobilidade urbana e transporte público.		https://drive.google.com/file/d/1ZhFpCApaAwlrIPDC6OJr_b2v6C4-f5RZ/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Diretrizes Zoneamento Parâmetros Urbanísticos	
	Sim	Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública - NUTH	Uso e Ocupação do Solo	Alterações ao PLC 44/2021: Art. 430. / Art. 431. inciso II / Art. 432. inciso I, I a), b), c), d), e), f), g)/ Art. 432. inciso II, IV, VII/ Art. 432. §1, §3 / Art. 433. inciso III / Art. 433. § 2		https://drive.google.com/open?id=1agBBR0NsTuG5Um6-dldGczZC08HFeprY	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal	
	Sim	ComCat - Comunidades Catalisadoras	Habitação	Emendas à artigos sobre o Termo Territorial Coletivo		https://drive.google.com/file/d/1tqchiS0Sahay7bLmEG63t6Q4bZOLq8MI/view?usp=share_link	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal	
	Sim	Sindicato de Hotéis e Meios de Hospedagens do Município do Rio de Janeiro - HotéisRIO	Princípios, objetivos e diretrizes gerais	Adicionar ao Anexo I seção Turismo. Ênfase no fortalecimento e promoção da cidade como destino turístico.		https://drive.google.com/file/d/1YTmKQ7q_7IfQIEmpCL880CgB5PpurB24/view?usp=share_link	Demanda/Proposta	Ações estruturantes setoriais	
	Sim	Ademi e Sinduscon	Uso e Ocupação do Solo	Emendas a vários artigos sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo: Título I, Título III, Título IV e Título V		https://drive.google.com/file/d/1qUwvyHrY7zUJLkWA02t74Vzb19_-kYk/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal	
Lagoa	Não		Meio ambiente	Saneamento Lago Rodrigo de Freitas Melhorias no morro dos cabritos Manutenção parque da Catacumba			Demanda/Proposta	Diretrizes Ações Territorializadas	

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Final				Contribuições cadastradas até 31/10/2022 Contribuições cadastradas de 19/11 a 10/11/2022		Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Botafogo	Não		Posturas municipal	Proponho que seja regulamentada a instalação de equipamentos de refrigeração de grande porte, como os instalados na cobertura ou no telhado de prédios de supermercados, com vistas ao controle da poluição sonora que esses equipamentos produzem, especialmente, à noite, de forma a propiciar aos moradores do bairro condições adequadas ao bom sono.		Proposta geral	Indireta
Laranjeiras	Não		Mobilidade e Transportes	Continuação do projeto Rio Cidade na parte que ficou faltando, do viaduto do túnel Sta.Barbara até i Cosme Velho.		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
	Sim	MSCA Mobilização Social de Cordovil e Adjacências	Diversos	VIII – amplo acesso dos moradores no seu bairro e cercanias a bens e serviços de educação, saúde, assistência social e áreas verdes, acessíveis por caminhada de até quinze minutos;		Demanda/Proposta	Diretrizes
Vigário Geral	Não		Saúde	Upas para vigário geral;parada d2 lucas e jardim América/e hospital		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Maré	Não		Saúde	Terapias multidisciplinar para pessoas com deficiência cognitiva e física e seus familiares.		Demanda/Proposta	Indireta
Centro	Não		Mobilidade e Transportes	Gostaria que fosse pensado num processo gradativo de conversão de ruas que são muito estreitas, na região central existem várias delas, em ruas sem carro. A rua da quitanda, por exemplo, tem apenas uma pista em vários trechos e um comércio muito aquecido. Poder andar nela livremente impulsionará mais esse comércio.		Demanda/Proposta	Diretrizes
Cachambi	Não		Saúde	Boa noite. Minha proposta seria a obrigatoriedade das maternidades do município em fazer ligaduras em gestantes que possuem dependência químicas por drogas ilícitas, cuja a renda familiar seja no máximo de um salário mínimo. Grato.		Demanda/Proposta	Indireta
Jacaré	Não		Diversos	Proponho orientação sobre infraestrutura, limpeza urbana, favelização do bairro, arborização e segurança.		Proposta geral	Diretrizes
Curicica	Não		Uso e Ocupação do Solo	uso e ocupação do solo	https://drive.google.com/open?id=1ZQnXm1L-iU4WhOQFWkHJVjuptYi2J9LJ	Descrição de situação / problema	Diretrizes Ações territorializadas
Curicica	Não		Infraestrutura e Manutenção	INFRAESTRUTURA	https://drive.google.com/open?id=1i_quGNaL_Ct_SYHA9SIUzB6p06ZZWub-A	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Curicica	Não		Saneamento Básico	SANEAMENTO	https://drive.google.com/open?id=1VQL6dpd21NP0t9_doiryB-dNOLIEKxE2	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Curicica	Não		Iluminação	ILUMINAÇÃO	https://drive.google.com/open?id=1bCPHixgDKBiG8LeJIWCO_Dj6Gnq1GZ5	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Vargem Grande	Não		Diversos	Texto no arquivo em anexo	https://drive.google.com/file/d/1gmXBXWQAXMbU2jIT9GDJKxyXrbkuvJlw/view?usp=share_link	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas Parâmetros Urbanísticos
	Sim	MUP - Movimento Uniao Popular	Regularização urbanística e Fundiária	O artigo referente às áreas de especial interesse social devem se manter e fomentados seus instrumentos		Proposta geral	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
	Sim	Associação de moradores da comunidade Santa Luzia - Vargem Pequena	Gestão de riscos e adaptação às emergências climáticas;	Que seja discutido e incluído a população de comunidades carentes e resilientes, protegendo as áreas de especial interesse social, garantindo sua urbanização e proteção contra a especulação imobiliária.	https://drive.google.com/open?id=1zqAs54Tffnf4pB5P7VVtBR89Vhjk_goN	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Associação de Moradores de Vargem Grande	Instrumentos da política urbana	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1WVdV-hxIzbOrne6IoMyT6PZYI0uMRjh3	Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Conselho Popular do Rio de Janeiro	Habitação	Arquivos em anexo	https://drive.google.com/file/d/1oNii9n3-K3stYoG7mxD_RsN37cQ_SUO8/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
	Sim	Conselho Popular do Rio de Janeiro	Diversos	Arquivos em anexo	https://drive.google.com/open?id=1sgW6vIE6dPBAKEcpeEFYHyQL7P5Kp8Z9	Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
	Sim	Instituto dos Advogados Brasileiros	Diversos	Sugestões de alteração da redação em anexo	https://drive.google.com/file/d/1bHzzK9_NDIDFv9zYKEvijYX489GHTVq/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Revisão do texto legal
Vargem Grande	Não		Zoneamento urbano	Flexibilização das regras para a regularização dos condomínios existentes há mais de 20 anos em Vargem Grande.		Demanda/Proposta	Diretrizes Instrumentos da Política Urbana
Vargem Grande	Não		Mobilidade, Infraestrutura e Manutenção	Construção de ciclovias que interligam a Estrada dos Bandeirantes, com o final da Avenida das Américas e a Estrada do pontal com destino às praias da região, tendo como finalidade a redução do fluxo de veículos. Além das Ciclovias, há principalmente necessidade de reforma das calçadas, iluminação e de sinalização de trânsito naquela área que está atualmente com essa precariedade. Vale ressaltar que a mesma esta se desenvolvendo a cada dia através das recentes construções de diversos apartamentos ao longo da Estrada dos Bandeirantes e que futuramente será uma localidade alvo de grandes empreendedores fomentando a região.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Flamengo	Não		Políticas Públicas Setoriais - Patrimônio Cultural	O Castelinho da Praia do Flamengo que virou morada de pombos e infiltração. A casa ao lado também está em estado deplorável. Uma melhora nessas instalações é urgente.		Demanda pontual	Indireta

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Final				Contribuições cadastradas até 31/10/2022 Contribuições cadastradas de 19/11 a 10/11/2022		Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Tanque	Não		Zoneamento urbano	PLANO PARA A URBANIZAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO 1parte tomar a favela utilizando forças militares tornada mais segura é importante não retirar os soldados 2parte mover a população voluntariamente para casas temporárias 3parte derrubar os barracos urbanizar as ruas garantindo o fácil acesso a educação transporte público saúde eentre outros parte 4 construir casas decentes mover os moradores de volta, mais não todos sinto dizer mais se eles continuarem todos juntos criaram outra favela. E disponibilizar a venda de terrenos no local e criando uma avenida planejada passando por dentro da favela preparada para um grande tráfego. A favela da qual falo e o complexo do alemão acho q tornaria a vida das pessoas melhores e vcs pensarão no resto		Demanda/Proposta	Diretrizes Zoneamento Instrumentos da Política Urbana
Santa Cruz	Sim	SISGUARIO	Segurança Pública	Aumentar o efeito da GMRIO		Demanda pontual	Indireta
Tomás Coelho	Não		Segurança pública	Seria importante a construção de um destacamento da PMERJ no entorno da área do metrô de Tomás Coelho, pois a população vem sendo oprimida pelo poder paralelo vindo do Juramento e do Juramentinho, obrigando que os moradores contratem serviços indicados por eles mesmos, numa forma de fortalecer ainda mais as finanças do tráfico.		Demanda pontual	Indireta
Olaria	Não		Infraestrutura e Manutenção	Limpeza das ruas e bueiros, poda das árvores, manutencao das ruas e calçadas esburacadas etc.		Demanda pontual	Indireta Diretrizes
Flamengo	Não		Uso e Ocupação do Solo	Para fins de aumentar a segurança da população do bairro e adjacências, oferta de emprego, lazer, etc minha sugestão: autorização e construção de somente 2 quiosques para venda de coco, refrigerante, etc na orla da Praia de Botafogo. Essa orla é muito escura, vazia e, consequentemente, perigosa. É preciso atrair turistas (dois hotéis em frente) e atletas que por ali correm e andam de bikes e pessoas que ali moram ou trabalham (uma saidinha às sextas feiras depois do trabalho) para que tenham um lugar para sentar e apreciar a linda paisagem do local enquanto saboreiam um coco gelado, etc.		Demanda pontual	Indireta
Centro	Não		Mobilidade e Transportes	Ciclovias interligando o Centro ao bairro da Tijuca e à zona sul da cidade.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Jacarepaguá	Não		Meio Ambiente	Arborização das calçadas do bairro. As calçadas, tanto de áreas residenciais quanto de comerciais, precisam de arborização. Corredores verdes que baixam as temperaturas, e diminuem a poluição visual, do ar e sonora.		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Bangu	Não		Patrimônio Cultural	Ampliação da Biblioteca de Bangu,com possibilidades culturais e de termos mais conhecimento sobre a historia do lugar nao tão somente s partir da Fabrica Bangu		Demanda pontual	Indireta Ações Territorializadas
Botafogo	Não		Regularização urbanística e Fundiária	Permitir o aumento do gabarito para a construção de prédios em Botafogo em casos de edifícios comerciais. Os edifícios mais altos atraem mais investimento e dão aspecto mais moderno ao bairro.		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Bangu	Não		Meio Ambiente	Criação de Hortas comunitárias, podendo ser nos CIEPES ,que possuem as vezes espaços para tal		Proposta geral	Diretrizes
Jacarepaguá	Não		Paisagem	Obrigar a Light a fazer o enterramento da fiação nas principais avenidas da cidade, ou pelo menos na principal rua de cada bairro. Que o projeto possa ser financiado pelos setores público-privados e que possa expandir por tempo intederminado.		Demanda/Proposta	Indireta
Campo Grande	Sim	Autarquia guarda municipal	Segurança pública	Apesar de suas diretrizes, é importante um olhar sobre a segurança pública municipal que tem dever de combater através do efetivo dá guarda municipal assuntos acerca de poluição sonora, má utilização das calçadas, ocupação do espaço público com construções irregulares, despejo de material em áreas de preservação dentre outras situações. Merece também atenção deste efetivo para que possam empenhar com mais qualidade seus serviços.		Proposta geral	Diretrizes
Cosme Velho	Não		Meio Ambiente	Como morador do Cosme Velho/Cerro Corá, proponho a criação de forma permanente do programa (Guardiões dos Rios/Conservando Rios), cito em especial a gestão que ocorreu durante o ano de 2018-2019, quando o programa mais apresentou êxito na preservação e restauração do Rio Carioca promovendo melhor qualidade de vidas para os moradores da Região. Além do proposto acima, cito ainda, a necessidade ações de conscientização para os moradores da região e uma obra de infraestrutura no que tange esgotamento sanitário das residências que beiram o Rio Carioca para reduzir o impacto ambiental, mantendo a preservação de um Rio com grande importância histórica, cultural e ambiental		Demanda/Proposta	Diretrizes Ações territorializadas
Realengo	Não		Meio Ambiente	Eu gostaria de falar sobre a preservação ambiental do bairro de Realengo e sobre a invasão imobiliária do parque estadual da Pedra Branca.		Descrição de situação / problema	Diretrizes Ações territorializadas
Vicente de Carvalho	Não		Meio Ambiente	Intensificação da atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente na fiscalização de atividades potencialmente degradadoras, geradoras de poluição atmosférica (atividade industrial, queima de lixo, etc.), de poluição sonora (principalmente da atividade industrial), de poluição hídrica e de poluição visual. Trabalho de planejamento conjunto das Secretarias de Meio Ambiente e de Urbanismo visando melhorias na estrutura urbanística dos bairros, mitigação da poluição ambiental e elaboração de projetos de criação de áreas verdes, parques, praças, arborização de ruas, padronização de calçadas, remoção de fiação residual e/ou em excesso que sobrecarregam postes e colocam em risco a segurança dos cidadãos.		Proposta geral	Indireta
Copacabana	Não		Diversos	Texto no arquivo em anexo	https://drive.google.com/file/d/1Hfkps2ICU7_Qe1WQrB_X2Wz2ekoAzQAxm/view?usp=share_link	Proposta geral	Indireta Diretrizes
Jardim Botânico	Não		Infraestrutura e Manutenção	Asfaltamento de ruas ainda com paralelepípedo, como a rua Ministro Artur Ribeiro e arredores. Tornar a rua Eurico Cruz mão dupla, pois a rua Maria Angélica está sobrecarregada, principalmente no trecho que é mão dupla.		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Parada de Lucas	Não		Espaços públicos	Terreno do IBGE em Parada de Lucas virar Parque/Vila Olímpica devido à ausência de espaços verdes públicos na região		Demanda/Proposta	Ações Territorializadas

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Final				Contribuições cadastradas até 31/10/2022	Contribuições cadastradas de 19/11 a 10/11/2022		Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?		Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Pavuna	Não		Mobilidade e Transportes	Que a prefeitura reveja o Valor Venal do IPTU do PAL 43413, pois é melhor aumentar a arrecadação do IPTU na quantidade de pagantes atualizando o Valor Venal para um valor que as pessoas possam pagar, de que ter uma quantidade expressiva de pessoas inadimplentes, afetando assim, a arrecadação municipal.		https://drive.google.com/open?id=1tnCrR9LRbWp8n-SEnESYVOHyjbpU_-A5	Proposta geral	Indireta
Joá	Não		Zoneamento urbano	Deve ser permitida a construção de prédios aos moldes do Jardim Oceânico para que não haja tanto terreno vazio e casas abandonadas na região.			Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Campo Grande	Não		Diversos	Saneamento; ordem pública(vigilância sanitária, CLF, CCU, com suas seções atuarem efetivamente, cadastramento dos ambulantes por bairro, fomento econômico; segurança GMRIO na rua seguindo(13022/14); ou fora da rua atuando nas repartições públicas municipais (escolas, hospitais, centros de saúde...); Escolas sem ausência de professores como nas escolas da "2 cre"; praças e parques na mesma qualidade dos existentes nas regiões norte e sul. (Praça Niterói). Enquanto, não tratarem próximo da igualdade as demais regiões e seus habitantes como é feito na zonal sul e em alguns pontos da norte, os problemas que seguem causando transtornos permanentes, todos esses anos aos contribuintes de Copacabana, Leme, Laranjeiras, Ipanema, Botafogo, Leblon... não reduzirão.			Demanda/Proposta	Ações Territorializadas
Botafogo	Não		Uso e Ocupação do Solo	O gabarito máximo deveria, nas zonas norte e oeste, aumentar muito em um perímetro de (talvez) 500m das estações de transporte de alta capacidade - trem, metrô e BRT. Nesses perímetros, os prédios poderiam ter menor número de vagas/apartamento, para estimular o uso do transporte publico.			Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Botafogo	Não		Políticas Públicas Setoriais - Mobilidade e Transportes	Nas zonas norte e oeste, todas as estações de metrô, trem e barcas devem estar integradas de forma física e tarifária a terminais de ônibus pequenos, com linhas pequenas que levam da estação até bairros perto. Por exemplo, Meier-Lins de Vasconcelos, Madureira-Vaz Lobo ou Cascadura-Valqueire, Cocotá-Jardim Guanabara.			Demanda/Proposta	Indireta Ações estruturantes
Complexo do Alemão	Não		Uso e Ocupação do Solo	Acho que deveria ser incentivado, por meio do plano diretor, fachada ativa e uso misto, como tem ocorrido no Reviver Centro, mas em todos os bairros da cidade. Em áreas como favelas (onde eu moro), muitas pessoas recorrem à lojas irregulares como barracas e estandes na rua, por falta de local onde colocar lojas de fato.			Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Todos os Santos	Sim	Associação Cultural, Esportiva e Agrícola de Santa Cruz	Zoneamento urbano	As metragens arbitradas no zoneamento na área de Santa Cruz			Descrição de situação/problema	Sem proposição
Campo Grande	Sim	Forum Socioambiental da Zona Oeste	Meio Ambiente	IPTU verde. Oferecer desconto no IPTU a quem mantiver árvores ou áreas verdes em sua calçada, jardim ou terreno residencial. Imposto progressivo conforme redução da área impactada pela ilha de calor arrefecida.			Demanda/Proposta	Indireta
Campo Grande	Sim	Forum Socioambiental da Zona Oeste	Infraestrutura e Manutenção	Valer-se de ao menos 2 moradores por comunidade ou subbairro oficialmente reconhecido no ordenamento urbano para as funções de 1 Agente comunitário de Conservação e Gestão de Resíduos e 1 Agente comunitário de conservação de águas e canais hídricos			Demanda/Proposta	Indireta
Engenho da Rainha	Não		Mobilidade e Transportes	A ocupação da rua Adhemar Bebiano- chega ser brincadeira.esse problema poderia ser solucionado se houvesse a duplicação da rua e automaticamente as calçadas seriam diminuídas e acabaria essa ocupação desenfreada e estacionamento desalinhado. Fizeram a duplicação da via pela metade, seria uma forma de urbanizar o bairro que cada ver fica desvalorizado e desorganizado.			Descrição de situação/problema Proposta	Ações Territorializadas
Méier	Não		Mobilidade e Transportes	A Rua Dias da Cruz já está saturada e precisa ser transformada em mão única, sentido Centro da Cidade. Enquanto a Avenida Amaro Cavalcanti deve ser transformada em mão única, sentido Madureira. Assim, reorganizando também as vias que interligam essas duas vias, teremos uma melhora significativa na mobilidade e haverá diminuição tanto na intensidade, quanto frequência dos congestionamentos, que são muito frequentes do bairro.			Descrição de situação/problema Proposta	Ações Territorializadas
Tijuca	Não		Diversos	No bairro há vários serviços públicos como conselho tutelar, biblioteca, posto de saúde, posto da guarda municipal, bombeiros, delegacia, entretanto parece que são subutilizados de um modo geral. A biblioteca não funciona há anos e agora está em obras. Os moradores de rua se acumulam pelas praças, vemos poucas ações efetivas. Muita criança jogada. A sensação de insegurança apesar de tantas guardas e quartéis é permanente. Precisamos de ações mais concretas a meu ver, que diminuam a desigualdade excessiva, que possam mobilizar os cidadãos, talvez envolver as igrejas onde orbitam ex condenados com tornozeleira eletrônica oriundos de um sistema que não recupera ninguém e estando sem opções, perambulam pelas ruas mais ermas do bairro, ali residem, defecam, transam... O empobrecimento da região tem aumentado sobremaneira e a desordem de camelôs, já de longa data, não arrefece.			Descrição de situação/problema	Ações Territorializadas
Tijuca	Não		Patrimônio Cultural	Penso que essa melhoria não deva ser somente em relação a Tijuca, que eh o meu bairro, porem ao próprio centro da Cidade resgatando o Centro histórico, com os contornos da administração de Pereira Passos, trazendo um ar parisiense com os contornos e arquitetura e urbanismo, de modo mais atrativo ao turista e ao próprio morador da cidade que desconhece a sua historia, tal como a reconstrução do Palácio Monroe, que se encontrava em uma praça abandonada e sem utilidade publica alguma, a recuperação de imoveis tais como o Automóvel Clube e a rua do Passeio, que se tornou um limbo entre a Cinelândia e a Lapa, com o total abandono do Passeio Publico e do Automóvel Clube, entre outros imoveis e locais, haja vista, o RJ estar abandonado e com décadas de administrações que não seguiram um liame, fazendo com que se perdesse a graciosidade que a cidade tinha em outras épocas.			Descrição de situação/problema	Não se aplica

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Final				Contribuições cadastradas até 31/10/2022 Contribuições cadastradas de 19/11 a 10/11/2022		Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Méier	Não		Zoneamento urbano	300, III, alíneas a e b: nas zonas residenciais deve ser proibida, e ativamente combatida pela prefeitura, a presença de estabelecimentos como bares e restaurantes. O fluxo de pessoas e a sujeira gerados por esses estabelecimentos é incompatível com zonas residenciais. Inclusive, polos gastronômicos deveriam ficar a uma boa distância de áreas residenciais (sugiro pelo menos 1,5 km).		Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Gardênia Azul	Não		Diversos	Precisamos mudar a maior parte da região da Gardênia, calçada para pedestre, ciclovía pois somos o bairro que mais usa bicicleta e nem temos bicicletário, entre outras.		Demanda/Proposta	Ações territorializadas
Santa Cruz	Não		Paisagem	Sou a favor de toda calçada ter uma árvore e esse é o meu desejo mas na minha rua os inúmeros fios elétricos não me permitem ter uma verdinha. Fica aqui meu apelo ou reclamação, obrigada!		Demanda/Proposta	Ações estruturantes
Vargem Grande	Não		Diversos	Pontos principais de atenção imediata para VARGEM GRANDE: - Valorizar do produtor local (isenção de iptu para produtores que protegem o meio ambiente e incentivo para regularização de cadastro); - Investir em saneamento básico (canalizar o esgoto de comunidades e condomínios e promover a construção de fossas biogestoras em propriedades rurais); - Frear o crescimento desordenado (limitar comunidades invadindo áreas de alagadiço e do Parque Estadual da Pedra Branca) ; - Fiscalizar áreas de preservação (principalmente no final da Sacarrão depois da corrente e condomínios gigantescos na Bandeirantes depois do número 25.000); - Concluir a ciclovía do Rio Morto (70% dos moradores usam bicicletas para locomoção); - Urbanizar a Pacuí (água, esgoto e asfalto / para evitar os alagamentos recorrentes e permitir um trânsito seguro); - Dragar o Canal de Sernambetiba (para evitar os alagamentos recorrentes)		Demanda/Proposta	Ações territorializadas
Vargem Grande	Não		Zoneamento urbano	Controle das moradias que estão sendo criadas em áreas verdes e trazendo desordem ambiental, como também populacional, causando um impacto ambiental enorme e infraestrutura.		Descrição de situação/problema	Ações territorializadas
Pechincha	Não		Meio Ambiente	Aumentar a arborização urbana para melhorar as condições climáticas e a qualidade do ar, aumentar a fiscalização da poluição sonora e atmosférica produzida pelos veículos automotores, melhorar a infraestrutura e a segurança de parques e unidades de conservação, criar novas unidades de conservação e políticas públicas que visem o aumento da área verde e do contato com a natureza na região de Jacarepaguá, implementar campanhas de educação ambiental para além das escolas, a fim de conscientizar a população adulta sobre temas como desmatamento, poluição sonora, atmosférica e hídrica, destinação adequada de resíduos sólidos e reciclagem.		Demanda/Proposta	Ações Estruturantes
Cosmos	Sim	ACMMERJ	Habitação	DESEJO DAR IDÉIAS PESSOALMENTE SOBRE MELHORIAS NAS OBRAS FEITAS PARA OS REASENTADOS E ETC... PARA QUE POSSAMOS VIVER COM MAIS QUALIDADE E AJUDAR TBM AOS SÍNDICOS DE TDS OS CONDÔMINOS		Não se aplica	Não se aplica
Todos os Santos	Não	Represento os proprietários de áreas do bairro de Santa Cruz, RJ	Zoneamento urbano	Gostaria de enfatizar a necessidade de revisão do zoneamento para que seja possível a aprovação de lotes com dimensões menores que 10.000,00m² (ZR-6). No PLC 44/2021, consta que não há projetos para alteração deste zoneamento. Devo lembrá-los que, embora alguns proprietários ainda queiram permanecer como agricultores, outros desejam fazer parcerias para parcelamento das suas áreas. Áreas estas com ameaças reais de serem tomadas e ocupadas pelo poder paralelo. Seria de extrema utilidade se fosse implantado no local um zoneamento misto que permitisse, não só o cultivo, como o parcelamento para a ocupação urbana. Sei que as atividades podem coexistir pois funcionam satisfatoriamente em outros países.		Demanda/Proposta	Zoneamento/ Parâmetros Urbanísticos
Jacarepaguá	Não		Habitação	Comentários sobre art 3º inc V,VI ;art6º inc. I,III	https://drive.google.com/open?id=1wFvP1M1hkky88ZqnloCakK1agtGhsgi9	Descrição de situação/problema	Não se aplica
Jacarepaguá	Não		Regularização urbanística e Fundiária	NAO SEI	https://drive.google.com/open?id=1x-ynFcV52Wp44mhrQG2XaLm9zoGW-m5K	Descrição de situação/problema	Regularização urbanística e fundiária
	Sim	FAM-RIO	Diversos	vide arquivo anexo	https://drive.google.com/open?id=1E3MFfIN4s-TkrOeFAh-dSjuFRPN6tLXII	Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Leme	Não		Meio Ambiente	Gostaria que o desmatamento do morro da Babilônia e do chapéu mangueira acabasse. Todos os dias e uma nova construção grande e ilegal lá.		Descrição de situação/problema	Ações Estruturantes

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS - Resultado Final				Contribuições cadastradas até 31/10/2022	Contribuições cadastradas de 19/11 a 10/11/2022	Análise IBAM	
Qual seu bairro?	Representa algum grupo/entidade?	Se sim, qual?	Sobre qual assunto deseja fazer sua contribuição?	Quais as suas propostas para este assunto?	Se você deseja enviar algum arquivo com suas contribuições, adicione aqui	Classificação Preliminar	Vinculação possível com o Plano Diretor (preliminar)
Jacarepaguá	Sim	Moradores e Proprietários do Alto da Estrada Grajaú-Jacarepaguá	Zoneamento urbano	Pretende-se, com a presente sugestão de zoneamento do Alto da Grajaú-Jacarepaguá de iniciativa popular, como expressão da democracia participativa, o reconhecimento da existência de uma comunidade local há muito instalada, e legalizada, única e exclusiva, responsável pela preservação ambiental atualmente existente, pois trabalha ativamente na contenção da expansão de moradias irregulares e desordenadas, da possibilidade de zoneamento de uma pequena parte ao longo de um trecho determinado da Avenida Menezes Cortes para que se possa realizar uma destinação de zona de residência unifamiliar (ZRU) com algum nível de exploração comercial – já existente -, uma segunda faixa de zona de controle ambiental de uso sustentável para que a agricultura familiar e extração de frutas há muito plantadas e exploradas possa permanecer e uma terceira faixa de zona de controle ambiental de proteção integral (ZCA1) que fará um cordão verde em torno da divisa com o Parque Nacional da Tijuca, tudo de acordo com o mapa proposto.	https://drive.google.com/open?id=18TUmi3r2bTMES9X1SEGc9CxAUWEgjhL2	Demanda/Proposta	Zoneamento
Copacabana	Não	Protetores de animais	Infraestrutura e Manutenção	Art 9 parágrafo 1		Não se aplica	Não se aplica
Recreio dos Bandeirantes	Não		Mobilidade e Transportes	Propostas estão no arquivo	https://drive.google.com/open?id=19s18h43xSlyvgYh7wUJrD7V-0uCuYCKq	Demanda/Proposta	Ações Estruturantes
Ipanema	Sim	Associação dos Moradores do Jardim de Alah	Uso e Ocupação do Solo	A paisagem e áreas verdes do Rio de Janeiro representam o mais valioso bem da cidade, no entanto cada vez mais as praças, parques e áreas verdes da cidade estão sendo convertidos em áreas comerciais (com lojas, bares e quiosques) fugindo do seu objetivo. Precisamos proteger estas áreas que foram criados como refúgios importantes para a saúde dos moradores e a beleza do Rio. Praças, parques e áreas verdes foram criados para ser áreas de lazer e não comerciais. Estas áreas arborizadas reduzem a temperatura do bairro, reduzem enchentes e melhoram a saúde dos moradores especialmente crianças e idosos. Praças, parques e jardins precisam de infraestruturas mínimas (banheiros, bancos e brinquedos). O uso do espaço deveria ser preservado e não alterado para fins lucrativos de comerciantes. Estudos mostram a importância de parques e jardins e muitas cidades estão buscando criar mais áreas verdes, livres de comércio. Nós não podemos permitir a destruição do nosso bem mais valioso. Precisamos um Plano Diretor que proteja o uso de parques, praças, jardins e todas as calçadas e ruas envolta destas áreas importantes.		Demanda/Proposta	Ações Estruturantes
	Sim	ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	Turismo	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=118G3l8pw9AIP2iUrigW74WYxWFRumc0a	Demanda/Proposta	Indireta
	Sim	Apresenta Rio	Turismo	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1q3jhJh8XQRAU8tVsmzulNvtakttwGu	Demanda/Proposta	Diretrizes/Ações Estruturantes
	Sim	Sindicado da Indústria Audiovisual / Firjan	Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1Zfql02gvT2_SFtGN2hzMRpeigW8itdwo	Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Não		Turismo	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1xVhgGayxSOlh23kr37zYe4IM3yrEihVW	Demanda/Proposta	Indireta
	Sim	Associação de Indústrias do Rio de Janeiro	Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1GaUvkkxf5-gIAjwrP8lu-qIV_n4xy3-l	Demanda/Proposta	Instrumentos da Política Urbana Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Orla Rio	Turismo	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=12VJqC5v-X5rhtzlrZn4U47NihMU003pc	Demanda/Proposta	Indireta
Urca	Sim	AMOUR - Associação dos Moradores da Urca	Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1Afp0XMWt48PYtYvdUnmWEuPXh_eh7Uj	Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Urca	Sim	AMOUR - Associação dos Moradores da Urca	Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1k93jrHEMIQaGZYvs1e7KrVWkmQjBShMwf	Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Sindicato da Indústria de Mineração de Brita do Estado do Rio de Janeiro	Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/file/d/19vQEMc5m2EBmC41nZCB-D4ypeDa9vgPj/view?usp=sharing	Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
	Sim	Movimento SOS Vargens / Articulação Carioca por Justiça Socioambiental	Diversos	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=11_N1iP0Blv7hPV9zTihAJE48qajOTVPH	Demanda/Proposta	Diretrizes Política habitacional Ações territorializadas
Itanhangá	Não		Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1tEzqkzI-N4leivvhnYbQl-zjwHpCSoWl	Demanda/Proposta	Zoneamento Parâmetros Urbanísticos
Cidade de Deus	Não		Zoneamento urbano	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1nuGLZwqMXs45ig_EltxvUwEtmRtOVIK2	Demanda/Proposta	Regularização urbanística e fundiária
	Sim	ABRASCE	Uso e Ocupação do Solo	Art. 330, II	https://drive.google.com/open?id=1z-wvgDTNP3uyrDIeecQOfA21FY4rBsQv	Demanda/Proposta	Parâmetros Urbanísticos
	Sim	ADEMI e SINDUSCON	Uso e Ocupação do Solo	Arquivo em anexo	https://drive.google.com/open?id=1bpTnxVn-hRQHITbYA_Ww0Hn4GY-dSGU60	Demanda/Proposta	Instrumentos da Política Urbana Zoneamento Parâmetros Urbanísticos

A missão do IBAM é promover – com base na ética, transparência e independência partidária – o desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, objetivando uma sociedade democrática e a valorização da cidadania.



Rua Buenos Aires, nº 19 – 20070-021 – Centro – RJ

Tel. (21) 2142-9797 – Fax: (21) 2142-1262

E-mail: ibam@ibam.org.br – Web: www.ibam.org.br